

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Gabriel dos Santos Barboza

Sobre o marxismo e a questão racial: uma leitura de Nelson Werneck Sodré a partir de
Introdução à revolução brasileira (1958)

Porto Alegre

2023

Gabriel dos Santos Barboza

**Sobre o marxismo e a questão racial: uma leitura de Nelson Werneck Sodré a partir de
*Introdução à revolução brasileira (1958)***

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clarice Gontarski Speranza.

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos Barboza, Gabriel

Sobre o marxismo e a questão racial: uma leitura de Nelson Werneck Sodré a partir de Introdução à revolução brasileira (1958) / Gabriel dos Santos Barboza. -- 2023.

64 f.

Orientadora: Clarice Gontarski Speranza.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. questão racial. 2. formação social. 3. marxismo. 4. imperialismo. 5. PCB. I. Gontarski Speranza, Clarice, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Gabriel dos Santos Barboza

**Sobre o marxismo e a questão racial: uma leitura de Nelson Werneck Sodré a partir de
*Introdução à revolução brasileira (1958)***

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clarice Gontarski Speranza.

Aprovado em: 18 de abril de 2023

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza – UFRGS (Orientadora)

Profa. Dra. Claudia Wasserman – UFRGS

Profa. Ma. Daniela Conte – SEDUC/RS

*Aos meus pais, Nilva dos Santos Lagasse e Luiz
Carlos Barboza, por todo o amor, carinho e apoio
ao longo dos últimos 27 anos.*

*A Carolina Pfeiffer, já que sem você nada disso
seria possível.*

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Acredito que agradecer é sempre uma tarefa complexa, independente da situação. A minha trajetória acadêmica começou no ano de 2016, em outras palavras, muitas pessoas passaram pela minha vida desde então. Peço desculpas antecipadas caso alguém não seja lembrado, visto a quantidade de acontecimentos ao longo dos últimos anos.

Agradeço a minha mãe, Nilva dos Santos Lagasse, pelo amor e, também, pelas inúmeras batalhas travadas em nome da nossa felicidade. A escrita deste trabalho não seria possível sem os seus sacrifícios. Sou imensamente grato por todos os ensinamentos e oportunidades. Ainda, agradeço ao meu pai, Luiz Carlos Barboza, pela sua dedicação incomensurável. Mesmo aposentado há alguns anos, ele continuou trabalhando dia e noite, inclusive nos finais de semana e feriados, para que eu pudesse ter condições de acessar a melhor educação possível. Na realidade, considero que não há palavras que possam simbolizar a minha admiração por ambos. Por razões socioeconômicas, vocês não conseguiram estudar e concluir a educação básica. Contudo, é graças a vocês que fui a primeira pessoa da família que chegou a ingressar numa universidade. Fica aqui a minha eterna gratidão.

Sou imensamente grato a minha companheira, Carolina Pfeiffer, que me ama incondicionalmente há cinco anos. Graças ao curso de História nos tornamos amigos e, posteriormente, começamos a namorar. Nos corredores da UFRGS conheci a pessoa mais importante da minha vida, a minha melhor amiga. Carolina, você sempre acreditou no meu potencial e nunca desistiu dos nossos sonhos. Se você não tivesse me ajudado em várias oportunidades, eu não seria capaz de finalizar este ciclo. Obrigado por compartilhar os seus dias comigo. Além disso, agradeço pelo seu trabalho de revisão neste texto, sempre apontando as melhores maneiras de refinar a escrita e de corrigir eventuais problemas. Você é a minha esperança de um futuro melhor.

Não posso deixar de destacar a importância do ensino público, gratuito e de qualidade. Por isso, também dedico este trabalho aos professores do Colégio Estadual Piratini e aos professores do curso de Letras e História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Entre as pessoas a quem sou grato por sua imensa contribuição no processo de construção desta monografia, é importante destacar meu especial agradecimento à minha orientadora, a professora doutora Clarice Gontarski Speranza. Fui aluno dela em algumas

oportunidades na graduação e bolsista de Iniciação Científica ao longo dos últimos anos. O problema levantado nesta pesquisa não seria possível sem as nossas conversas e reuniões. Além de uma grande professora, também te considero uma amiga e mentora. Na verdade, é um grande privilégio poder aprender com você. Assim, quero agradecer pela confiança que você tem depositado em mim. Obrigado por tudo.

Aos colegas e professores do LUPPA (Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado) pelo combate diário ao negacionismo. Na prática, é graças ao LUPPA que aprendi o valor da pesquisa científica, sob a orientação do professor doutor Fernando Nicolazzi. Fica aqui o meu agradecimento e gratidão.

Aos amigos e servidores do APERS (Arquivo Público do Rio Grande do Sul), principalmente aos meus “colegas de ilha” mais próximos: Gabriel Gaziero, Guilherme Garcia, Lucas Fraga, Rafaela Recuero de Mello, Thaís Ana Stefani e Loy Alves Medeiros Junior (o maior brizolista que já conheci, diga-se de passagem).

Agradeço enormemente aos amigos e amigas dos tempos de colégio, especialmente Arthur Ramalho, Bárbara Mariño, Bruno Erbe Constante, Diego Veronezi, Matheus Martins e Pedro Guido.

Aos amigos e amigas do que conheci graças ao curso de Letras, isto é, Fernando Cesarino, Gabriela Berghahn, Júlia Genehr Santana, Rafaela Soares e Ricardo Carvalho. Inclusive, preciso reconhecer a ajuda do Ricardo quanto aos ajustes na tradução do resumo. Agradeço, de coração.

Agradeço também aos professores e mestres do comunismo brasileiro, João Rafael Chió Serra Carvalho e João Claudio Platenik Pitillo, haja vista os ensinamentos que viabilizaram a minha militância no campo marxista-leninista-maoísta. O trabalho de vocês é realmente imprescindível, tanto na teoria quanto na prática revolucionária. Muito obrigado pelas inúmeras transmissões na internet. Vocês mudaram a minha visão sobre o mundo.

Finalmente, agradeço e dedico este trabalho a todos os educadores e educadoras da ONGEP (Organização Não-Governamental para Educação Popular). A luta pela revolução brasileira perpassa pelo direito à educação.

Hasta la victoria, siempre!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os aspectos da questão racial na obra *Introdução à revolução brasileira* (1958), publicada por Nelson Werneck Sodré. Dessa forma, para investigarmos a vida e obra sodreana, é necessário considerar tanto a influência do movimento comunista quanto a sua trajetória militar. A interpretação do autor marxista correlaciona os problemas de raça e os problemas de classe, principalmente ao longo do desenvolvimento da formação social brasileira. Na verdade, em determinadas passagens, o estudo de Sodré examina as relações raciais entre brancos, negros e indígenas, levando em consideração o período colonial, imperial e republicano. Consequentemente, a partir do âmbito da teoria marxista, utilizaremos referências bibliográficas que dialogam sobre as problemáticas raciais na sociedade de classes. Assim, ao compreender o Brasil como uma nação racialmente hierarquizada, a contribuição de Sodré aponta na direção do processo revolucionário e, paralelamente, os caminhos para a superação das estruturas que condicionam o racismo.

Palavras-chave: formação social; imperialismo; marxismo; questão racial; revolução; PCB.

ABSTRACT

This work aims to analyze aspects of the racial issue in the book *Introdução à revolução brasileira* (1958) published by Nelson Werneck Sodré. In order to investigate Sodré's life and work, it is necessary to consider both the influence of the communist movement and his military trajectory. The Marxist author's interpretation correlates race and class issues, especially throughout Brazilian social formation. In fact, in specific passages, Sodré's study delves into the racial relations among white, black, and indigenous people, considering the colonial, imperial, and republican periods. Therefore, from the perspective of Marxist theory, we will use bibliographic references that address racial issues in class societies. Hence, by understanding Brazil as a racially hierarchical nation, Sodré's contribution points towards the revolutionary process and suggests pathways for dismantling the structures that perpetuate racism.

Keywords: social formation; imperialism; marxism; racial issue; revolution; PCB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - NELSON WERNECK SODRÉ (1911-1999): UM MILITAR PROGRESSISTA.....	17
1.1. Fundamentos marxistas da vida e obra sodreana.....	17
1.2. A vinculação de Sodré com o PCB.....	24
1.3. A importância de <i>Introdução à revolução brasileira</i> (1958).....	28
CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO RACIAL EM <i>INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA</i> (1958).....	32
2.1. A questão racial negra.....	33
2.2. A questão racial indígena.....	41
2.3. A questão racial branca.....	47
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

Na décima primeira tese sobre Feuerbach, publicada no ano de 1845, o texto de Karl Marx ressalta que “os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém, de modificá-lo” (MARX, 1985, p. 210). Sem dúvida nenhuma, Nelson Werneck Sodré dedicou-se integralmente a construir essas modifica es sociais. Por conseguinte, “[...] os interesses e as preocupa es fundamentais de Sodré, do seu primeiro aos últimos escritos, voltam-se para esclarecer a história da emersão do Brasil como forma o econômico social-determinada” (NETTO, 2011, p. 44). Ao mesmo tempo, em suas obras,   possível visualizar as singularidades da constitui o social brasileira através do método dial tico marxista.

Para tanto, ao longo de seis décadas de produ o intelectual, cumpre notar certa dualidade que conduz a vida e a obra de Nelson Werneck Sodré: “seu caminho   balizado, portanto, por duas institui es consideradas   época uma espécie de ‘igreja’, o Exército e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (HIPOLITO, 2011, p. 199). Apesar disso,   durante a década de 1950 que Sodré inicia sua militância política – passando a ser uma espécie de “intelectual orgânico” –, conforme a nossa interpreta o do conceito de Antonio Gramsci (2022). Parece-nos correto afirmar que, posteriormente, “em 1956, Sodré   eleito um dos diretores da Biblioteca do Exército e inicia a docência no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)” (OLIVEIRA, 2021. p. 121), concedendo-lhe, efetivamente, uma amplia o qualitativa dos seus trabalhos de cunho historiográfico. Assim, a respeito da participa o de Sodré no interior do ISEB:

Pensamos que o seu projeto intelectual pode ser resumido como uma tentativa, sistemática e orgânica,   base do marxismo, de compreender os processos históricos, econ micos, sociais, políticos e culturais que concorreram para estruturar a sociedade nacional brasileira. Tentativa ambiciosa – e, acrescentaríamos, no essencial exitosa: ele nos ofereceu, na realiza o teste projeto teórico-analítico, uma teoria do Brasil¹ (NETTO, 2011, p. 45).

Durante o ano de 1958 – com o início da sua teoria sobre a História do Brasil e o lançamento de *Introdu o   revolu o brasileira* – Nelson Werneck Sodré insere-se no pol mico debate acerca da condu o e do desenvolvimento revolucionário nacional

¹ No que se refere a esse delineamento do quadro histórico nacional, “em nosso entendimento, os textos fundacionais daquela teoria do Brasil estão, primeiro, na *Introdu o   revolu o brasileira* (1958) e, clara e limpidamente, em *Forma o histórica do Brasil* (1962)” (NETTO, 2011, p. 53). Retornaremos ao assunto no primeiro capítulo desta exposi o.

(SEGATTO, 2008). Com a problemática da revolução brasileira, o trabalho de Sodré apresentava “[...] uma revisão da história das classes sociais, no Brasil, esboçava um quadro da evolução da nossa cultura, tratava ainda da questão militar e concluía com uma discussão sobre as relações de raça e de classe, centrados no caso brasileiro” (GAIO, 2015, p. 69). Certamente, a obra de Sodré (1978) procurava redimensionar esse extenso panorama histórico da nossa nação, desde o mercantilismo do século XVI até o imperialismo do século XX. Se considerarmos a primeira frase do prefácio da quarta edição:

Há vinte anos precisamente, numa das esporádicas fases de liberdade que o nosso país conheceu, reuni em livro algumas conferências entre 1954 e 1956, apreciando a evolução da sociedade, a evolução da economia e a evolução da cultura brasileiras, como a evolução racial, quanto ao aspecto da contribuição do negro em nossa formação (SODRÉ, 1978, p. 7).

Mais adiante, voltaremos a algumas dessas questões. Por agora, basta destacar o nosso problema de pesquisa: **analisar os aspectos e as particularidades da chamada “questão racial” no pensamento de Nelson Werneck Sodré, tomando por base sua obra *Introdução à revolução brasileira* (1958).**

Em primeiro lugar, devemos lembrar que “a questão racial, em geral, apareceu embutida, nos primeiros estudos marxistas – como subproduto – da questão colonial e nacional; ou seja, no estudo da dominação do imperialismo sobre os países africanos, asiáticos e latino-americanos²” (BUONICORE, 2009, p. 219). Sendo assim, neste ponto de vista, Vladimir Lênin é o responsável pela primeira grande contribuição do campo marxista para o tópico racial – tendo em mente a difusão do ensaio *Sobre o direito das nações à autodeterminação*, de 1914. Ademais, “[...] em seguida, um novo impulso nos primeiros congressos da Internacional Comunista que, à iniciativa de Lênin, colocam em pauta a análise do problema das minorias oprimidas em diferentes nações” (CHADAREVIAN, 2007, p. 75), onde a denúncia do racismo encontra a luta anticolonial e anti-imperialista.

Em segundo lugar, é importante sublinhar que os militantes do PCB reparavam as complexidades raciais por intermédio da “[...] realidade econômica nacional em um país considerado semicolonial, independente politicamente, mas subordinado ao capital estadunidense e, no plano interno, a uma classe dominante agrária feudalista”

² Consequentemente, tanto Karl Marx quanto Friedrich Engels, ou seja, “[...] os fundadores do ‘socialismo científico’ não podiam extrapolar os limites impostos por sua época histórica. Eles não podiam propor-se responder a questões ainda não colocadas claramente” (BUONICORE, 2009, p. 219).

(CHADAREVIAN, 2012, p. 258), sobretudo entre 1922 e 1964³. Com isso, percebe-se a originalidade de *Introdução à revolução brasileira* (1958) pela sua maneira de analisar e desmascarar o racismo. Inclusive, Sodré (1978) reserva o capítulo “Evolução Racial” para o debate em torno da miscigenação e das relações de raça e de classe, seja interna ou externamente. Além dos processos apontados acima, é interessante verificar sua crítica à ideologia do colonialismo, ao denotar que “o ‘rótulo da cor’ é o elemento chave para se compreender como a sociedade subordina os negros, segundo Sodré, que reproduz estereótipos negativos dificultando a sua ascensão social” (CHADAREVIAN, 2012, p. 274), buscando sempre desconstruir as teses do mito da democracia racial. Ao que tudo indica, podemos condensar as publicações de *Introdução à revolução brasileira* da seguinte forma:

Em 1958, reuniu num livro várias conferências, proferidas nos anos 1954-1956, que analisavam a evolução social, econômica, cultural, racial e militar do país, com o título de *Introdução à revolução brasileira*. Na segunda edição, de 1963, retirou o ensaio sobre a evolução militar (desenvolvido e ampliado, este ensaio transformouse no livro *História militar do Brasil*, publicado em 1965) e acrescentou dois outros capítulos: um denominado “Evolução Política”, que discutia as raízes históricas do nacionalismo brasileiro; e outro cuja preocupação era investigar “Quem é o povo no Brasil”; na terceira edição, de 1967, anexou um novo ensaio, intitulado “Perspectivas”, uma análise da situação criada pela ditadura militar (SEGATTO, 2008, p. 219).

Na quarta e última versão do texto, publicada em 1978, Nelson Werneck Sodré selecionou a mesma estrutura de capítulos da edição anterior, trazendo apenas uma única novidade: logo no prefácio, este historiador e militar de esquerda registrou duras críticas ao governo ditatorial instaurado pelo golpe de 1964⁴. Para ele, o fim da ditadura estava se aproximando e, deste modo, “trata-se, agora, de saber se será possível conservá-lo, com alterações formais que lhe melhorem a fachada, ou substituí-lo, com alterações essenciais” (SODRÉ, 1978, p. 8). Além disso, já com um vasto conhecimento da teoria marxista, “*Introdução à revolução brasileira* foi publicado no período inicial do ISEB e caracteriza um escritor no processo de criação de uma nova abordagem da história brasileira, renovando não só suas próprias visões e as que existiam no interior mesmo da historiografia brasileira” (GAIO, 2015, p. 58) – principalmente na discussão sobre as relações de raça e de classe.

³ No período, além da crítica ao imperialismo, o modelo teórico pecebista entendia “[...] a transição do regime escravocrata para o trabalho livre como a transformação da mão de obra escrava em um regime de servidão, característico de países semifeudais” (CHADAREVIAN, 2012, p. 272), logo, em concordância com as intervenções de Nelson Werneck Sodré.

⁴ Em suma, mesmo após mais de vinte anos da primeira edição de *Introdução à revolução brasileira*, Sodré manteve de pé a sua proposta original, melhor dizendo, um balanço da história brasileira em três momentos: “[...] a Independência, a República e a ‘revolução brasileira’, aberta com o movimento de 1930, que ele caracteriza como uma revolução democrático-burguesa de tipo novo” (NETTO, 2011, p. 55).

A nosso juízo, outra dimensão que precisamos apresentar é o interesse pelo problema desta pesquisa. Em concordância com Gaio (2015), entendemos que os intelectuais marxistas tiveram enorme influência no desenvolvimento da historiografia nacional, especialmente Nelson Werneck Sodr e e Caio Prado Júnior. Como militante do campo marxista-leninista-mao ista, pensamos que determinadas interpreta es da realidade nacional precisam ser revisitadas a todo momento⁵. Neste sentido, sob a perspectiva dos comunistas, “das três raças que entraram na constitui o do Brasil, duas pelo menos, os indígenas e os africanos, trazem   baila problemas étnicos muito complexos” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 88), com amplas diferenças linguísticas e culturais, diga-se de passagem. Assim, diferentemente de outros autores marxistas do século passado, *Introdu o   revolu o brasileira* (1958) articula e compreende o racismo como o produto remanescente de uma estrutura econômica arcaica, dependente e semicolonial. Como vemos,   nessa hierarquiza o racial entre classes antag nicas que a teoria de Sodr e (1978) ganha tamanho destaque, porquanto:

O elemento branco, representado pelo colonizador europeu, chega ao Brasil ocupando as posi es de proprietário e de mando. Esse elemento exerce o poder econômico e político e atua sobre os elementos indígenas que, por sua rebeldia, foram dizimados e, posteriormente, sobre os africanos escravizados que ocupavam a posi o de mão de obra para o trabalho. Neste sentido, o autor evidencia que a questão racial não pode ser isolada das rela es de classe, já que o preconceito racial afirma que a inferioridade dos elementos africanos, indígenas e miscigenados   proveniente das suas ocupa es históricas na estrutura de produ o material (SILVA, 2020, p. 119).

Com base nesse interesse pela temática da forma o histórica e racial do Brasil,   necessário comentar a respeito da elabora o do presente trabalho. Em síntese, optamos pela divisão em dois capítulos, onde cada um destes cont m tr s subcapítulos. No decorrer da primeira parte, intitulada “Nelson Werneck Sodr e (1911-1999): um militar progressista”, temos como meta a apresenta o da vida e obra deste intelectual, militar e historiador marxista. Então, dividido em três partes, o primeiro capítulo apresenta variados aspectos da carreira de Sodr e, os meandros da sua associa o com o PCB e, além disso tudo, as características que acabaram norteando a nossa fonte primária – melhor dizendo, uma breve explica o sobre as características centrais da obra *Introdu o   revolu o brasileira*, publicada em 1958.

⁵ Com base na leitura do texto de Sodr e (1978), identifica-se “[...] os temas fundamentais para pensarmos o desenvolvimento e a constitui o da sociedade brasileira, são eles: as classes sociais, a economia a cultura, a questão militar e a questão racial” (SILVA, 2020, p. 116) e, dessa forma, tendo em vista uma demorada reconstitu o histórica da na o a partir destes t picos.

Em seguida, durante o segundo capítulo deste trabalho de conclusão de curso, observamos a fonte primária selecionada. Com isso, ao longo de “A questão racial em *Introdução à revolução brasileira* (1958)”, propomos o debate e a interpretação do texto de Sodré (1978). Logo, a partir das passagens e dos comentários que retomam a problemática racial, o conteúdo acabou sendo recortado mediante três eixos de análise: em primeiro lugar, a questão racial negra possui muita relevância para o desenvolvimento da composição social brasileira, portanto, é fundamental reservarmos um tópico apenas para essa demanda; em segundo lugar, a questão racial indígena aponta diretamente para os escritos de José Carlos Mariátegui, especialmente quando se trata do nacionalismo e da literatura (o romance indianista); finalmente, a questão racial branca demonstra a hegemonia dos latifundiários e as heranças do colonialismo⁶, assim como a reprovação quanto ao pensamento de Gilberto Freyre. No conjunto, esses três componentes raciais estão correlacionados ao modo de produção vigente e, no quadro brasileiro, o materialismo histórico-dialético contempla plenamente as interseccionalidades provenientes das relações de classe, gênero e raça/etnia.

Para isso, em relação a análise crítica da questão racial em Nelson Werneck Sodré (1978), o nosso trabalho baseia-se através da seleção de algumas referências bibliográficas, tendo como exemplo: Cunha (2002; 2004) e Netto (2011) para elaborar a investigação e o estudo da vida e obra sodreana; LÊNIN (2021) no que tange ao conceito de imperialismo; Buonicore (2009) quanto aos problemas raciais no campo marxista; Monsma (2016) para o debate em torno da imigração e os conceitos de racialização e etnocídio; Almeida (2019), Fernandes (2007, 2021) e Moura (2019) acerca das relações raciais entre brancos, negros, pardos e indígenas ao transcorrer da história brasileira e, concomitantemente, no que tange à definição de termos específicos, sobretudo raça e racismo; Hobsbawm (2020) e Mariátegui (2010, 2022) para os usos do nacionalismo e a questão racial indígena; Koselleck (2020), Wood (1978) e Silva (2020) na contextualização, compreensão, interpretação e vinculação entre os conceitos delimitados em *Introdução à revolução brasileira* (1958).

O acesso aos materiais utilizados na pesquisa foi bastante simples. A própria fonte primária está na minha biblioteca pessoal, tal como a grande maioria das bibliografias secundárias. Por conseguinte, cabe a nós indagarmos criticamente os documentos e seus processos de construção historiográfica, contextualizando a sociedade que os redigiu

⁶ Resumidamente, a empresa mercantil do colono branco utilizou-se “[...] do trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados (SODRÉ. 1978, p. 67), daí o início da exploração branca e o problema racial brasileiro.

(WOODY, 1978). Metodologicamente, vale sublinhar que a escrita deste texto contou com artigos que já tinham sido analisados por mim anteriormente, ou seja, ao longo da minha graduação no curso de História, como as produções de Del Roio (2016), Moraes (2007), Oliveira (2021), Pinto (2011), Silva (2020) e outros. Apesar da escolha de certas bibliografias, como Bourdieu (2006), Chadarevian (2007; 2012), Chilcote (1982), Cunha (2004), Foucault (1997), Gorender (1983), Toledo (2001), etc., as passagens que foram recortadas no trabalho de Sodré (1978) estão ligadas por explicações históricas e sociais, portanto, oportunizando reflexões acerca deste intelectual marxista. Este pressuposto é, sem dúvida, um ponto interessante de análise, visto que o estudo da fonte primária deve expor possíveis correlações e contextualizações. Ademais, nossa pesquisa também inclui determinadas obras que li por completo nos últimos tempos, tendo como exemplo: Almeida, (2019), Bloch (2001), Cunha (2002), Fanon, (2020, 2022), Gaio (2015), Gramsci (2022), Hobsbawm (1995), Lênin (2021), Mariátegui (2010, 2020), Netto (2011), Prado Júnior (2011, 2014), Prestes (2011), Skidmore (2010) e outros.

Pensar sobre as contribuições do pensamento político de Nelson Werneck Sodré é sempre um enorme desafio. Assim, de maneira memorialística, o primeiro capítulo desta monografia preconiza uma interpretação da vida e obra sodreana, na medida em que conseguiremos “[...] extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário” (BOURDIEU, 2006, p. 184), permitindo, de tal forma, uma investigação mais aprofundada do problema de pesquisa. No próximo instante, durante o segundo capítulo, é preciso analisar e interpretar a questão racial a partir das citações de *Introdução à revolução brasileira* (1958) – estando fortemente associada ao crescimento econômico do modo de produção capitalista. Sendo assim, perante estes aspectos, constataremos os limites e as particularidades de uma leitura marxista da década de 1950, demasiadamente próxima das orientações do PCB.

CAPÍTULO 1 - NELSON WERNECK SODRÉ (1911-1999): UM MILITAR PROGRESSISTA

Diferentemente da maioria dos intelectuais brasileiros, Nelson Werneck Sodré não possuía formação propriamente acadêmica; melhor dizendo, enquanto militar jamais frequentou o ambiente universitário dito “tradicional” à sua época. Entretanto, o contato com a realidade popular lhe oportunizou a vivência necessária para a compreensão dos inúmeros problemas do continente latino-americano, assim como testemunhamos em seus textos, seminários e entrevistas. Levando em conta Gramsci (2022), esbarramos na perspectiva do intelectual orgânico, conceitualização que nos remete a indivíduos que procuram os caminhos da transformação histórica e, simultaneamente, direcionamentos opostos aos aparelhos hegemônicos da cultura, da propaganda e da ideologia burguesa. Leitor assíduo dos clássicos da literatura marxista-leninista, Sodré decidiu marchar pelo caminho da revolução social ao interligar teoria e prática, sendo permanentemente crítico ao oficialismo acadêmico.

Assim, como ponto de partida deste trabalho, o primeiro capítulo objetiva explicitar, em algumas laudas, a vida e obra de Nelson Werneck Sodré. Abordaremos sua atuação no interior do marxismo brasileiro, considerando, por um lado, o período docente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, por outro, a militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizações basilares para o pensamento do autor. Por último, apresentaremos o livro *Introdução à revolução brasileira* (1958), instituído como a fonte primária da nossa pesquisa.

1.1. FUNDAMENTOS MARXISTAS DA VIDA E OBRA SODREANA

Se examinarmos o universo cultural nacional durante o século passado, poucos oficiais do Exército Brasileiro elaboraram contribuições historiográficas e aportes teóricos destinados a investigar profundamente as origens da exploração colonial e imperialista. Inclusive, essas adversidades ficam ainda mais ressaltadas quando precisamos (re)lembrar a escassa quantidade de intelectuais militares e, ao mesmo tempo, comunistas, tendo em vista que muitos temiam críticas e/ou represálias⁷. Verdade seja dita aos/as leitores/as destas linhas,

⁷ No Brasil, a presença dos militares alcançou o debate público em vários períodos da história republicana, condição da qual Sodré estava profundamente consciente e integrado. Em corporações “[...] como a Marinha, a presença dos comunistas entre os oficiais foi reduzidíssima, bem diferente do radicalismo que se apresentou historicamente entre os suboficiais e marinheiros” (CUNHA, 2004, p. 85). Logo, a partir da baixa adesão dos

Nelson Werneck Sodré ocupou singular importância no que tange ao seu compromisso como intelectual comunista e nacionalista, tarefa que lhe fora colocada através das circunstâncias materiais disponíveis naquele momento em particular, repleto de divergências ideológicas. O auge criativo sodreano coincide plenamente com as décadas de 1950 e 1960, pois neste período o autor aprimorou suas leituras acerca dos princípios filosóficos do materialismo histórico-dialético, dado que “[...] publicou vários livros, ofereceu vários cursos, criou uma história nova do Brasil, para atingir a escola básica e média” (REIS, 1999, p. 146), cooperando para o desenvolvimento do marxismo no país.

Ainda que tenha sido duramente criticado por seus pontos de vista⁸, Sodré teve uma longa vida no cenário intelectual nacional. Com efeito, não nos deixemos enganar: demonstra-se excessivamente complexo pormenorizar tantas décadas de militância e exercício criativo em um número limitado de páginas, isto é, estamos dialogando com um itinerário bibliográfico que ocupou inúmeros temas (cultura, literatura, imprensa, teoria marxista, militarismo, etc.), espalhado por mais de 56 livros e cerca de 3 mil artigos jornalísticos (CONTE, 2010). Para tal fim, “estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhecesse os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório” (BLOCH, 2001, p. 69), daí a importância das fontes disponíveis. Em determinada passagem do livro *Memórias de um escritor*, de 1970, Nelson Werneck Sodré seleciona e destaca algumas de suas memórias, transcrevendo o processo de forma autobiográfica:

militares ao comunismo, impossibilitou-se, em certa medida, o surgimento de explicações marxistas sobre a nossa condição periférica (chamamos atenção para a própria história militar brasileira, com oficiais ligados, historicamente, a preceitos positivistas). Então, “mapear a esquerda militar esbarra em uma dificuldade fundamental para a pesquisa histórica: o acesso às fontes” (CARLONI, 2007, p. 281) – para além disso, o problema da documentação manifesta a luta na clandestinidade e o anticomunismo entre as forças de segurança.

⁸ As críticas mais exacerbadas aos trabalhos de Nelson Werneck Sodré, geralmente focalizadas na possível existência de um modo de produção feudal brasileiro, não consideram que “ele era conhecedor exaustivo da produção historiográfica e teórica que tentou interpretar o Brasil, que buscou seus fundamentos teóricos na obra de Marx, em especial *O capital*, e de marxistas como Lenin, Rosa Luxemburgo e Lukács” (DEL ROIO, 2016, p. 86). Em relação aos marxistas que reprovavam a argumentação sodreana, Caio Prado Júnior ocupou o primeiro lugar da lista. Respalado pelos críticos das decisões programáticas pecebistas, este renomado historiador marxista certificava que, a título de exemplo, “os trabalhadores rurais não reivindicam a propriedade da terra, insisti ele, mas a melhoria das condições de trabalho e emprego. Se há luta pela terra, é em regiões secundárias do Brasil” (REIS, 1999, p. 188). Assim, ele apontou as falhas estratégicas que impediriam a correta condução do processo revolucionário brasileiro, como a interpretação em torno da grande propriedade fundiária. Conforme a visão assegurada por Prado Júnior (2014), o latifúndio favorecia o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário da interpretação defendida em Sodré (1978; 1990), já que este último autor citava para a relação dialética entre a grande propriedade rural e os atrasos econômicos e políticos do nosso país.

Nasci em 1911; tinha 3 anos ao irromper a Primeira Guerra Mundial; 6, quando surgiu a Revolução de Outubro; 7, quando terminou a guerra; 11, quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto, tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, com todas as suas manifestações de renovação econômica, política, social, artística, e também as de desespero, a busca angustiada da originalidade em arte e a violenta luta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o Kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José, da Áustria-Hungria, Clemenceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o presidente Wilson, Sun Yat Sen, Lênin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stálin. No Brasil, atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República Oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de 1935, da ditadura do Estado Novo, do putsch de 1938, da Segunda Guerra Mundial e da nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subsequentes, com os golpes e tentativas de golpe de 1945, 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada (SODRÉ, 1970, p. 15).

Mediante o trecho acima, conseguimos perceber que Nelson Werneck Sodré contextualiza a sua própria existência pelo intermédio de importantes episódios históricos. Segundo Pierre Bourdieu, para entendermos uma trajetória específica, a análise crítica dos acontecimentos biográficos deve avaliar as condições prévias desses indivíduos, ou seja, o desenrolar do “[...] conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em um certo número de estados pertinentes – ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2006, p. 190). Deste modo, levando em consideração a rebeldia dos tempos iniciais, entenderemos a postura autocr tica e independente do autor, bem como indicou Pinto (2011). Para reconstituir os vestígios do passado, “os indivíduos tendem a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais” (POLLAK, 1989, p. 13) – algo que pode ser notado nos processos de seleção da memória.

Militar de convicções nacionalistas, Nelson Werneck Sodré nasceu na capital federal do país (naquela época, a cidade do Rio de Janeiro), em 27 de abril de 1911, filho único do advogado Heitor Abreu Sodré e Am lia Werneck Sodré. Após concluir seus estudos primários no colégio interno, “embora sua família tenha laços tanto com a política quanto com a literatura⁹, ingressou em 1924 no Colégio Militar do Rio de Janeiro, por razões meramente

⁹ Na sua árvore genealógica, temos “[...] nomes como Odorico Mendes, que traduzira Homero e Virgílio, e o romancista Joaquim Manuel de Macedo” (OLIVEIRA, 2021, p. 119). Em termos literários e culturais, Sodré foi o responsável, no Brasil, pela introdução das obras do filósofo e historiador húngaro Gy rgy Lukács (NETTO, 2011) e, paralelamente, muniu-se da dialética lukacsiana para corroborar as contradições existentes entre cultura e economia, “recorrendo a citações da edição italiana da *Est tica* de Lukács, recém-descoberta pelos brasileiros, Werneck Sodré busca uma relação dialética entre as duas esferas” (GRESPLAN, 2007, p. 204). Em concordância com este autor, sob o prisma do materialismo histórico e da est tica luk csiana, *História da literatura brasileira* (1976) proclama o mérito de ter sido a primeira grande contribuição que o pensamento

econômicas¹⁰” (HIPOLITO, 2011, p. 199). Sodré continuou sua carreira na Escola Militar do Realengo (1931), graduando-se como oficial em 1934, ao passo que participava ativamente da chamada Revista da Escola Militar¹¹, fundada no ano de 1926 (PINTO, 2011). Certamente, tal autor foi vigorosamente induzido pelos acontecimentos do movimento tenentista ao optar pela carreira militar¹², dado que “[...] a opção pela instituição era quase a única possibilidade de ele e de outros jovens da pequena burguesia conseguirem viabilizar os seus estudos” (CUNHA, 2002, p. 51). Em paralelo, durante o final da década de 1920, conciliou o início das suas atividades militares com o antigo fascínio pela literatura, na medida em que “[...] estreia na grande imprensa, com seu conto ‘Satânia’, premiado em concurso e publicado pela revista carioca *O Cruzeiro*¹³” (NETTO, 2011, p. 15); então, essa relação orientou parte integral da sua trajetória enquanto militar e intelectual, frequentemente dividido entre dois campos:

Revela-se desde cedo, com isso, uma tensão entre as duas dimensões de sua biografia, resolvida mediante o aparente descaso pela do militar. Werneck Sodré diz ter sido aluno negligente na Escola Militar e jovem oficial muito crítico do formalismo ali transmitido, bem como dos procedimentos em grande parte inúteis, impostos por práticas tradicionais a que todos deviam e prestavam obediência

marxista ofereceu ao processo de formação da literatura nacional, evocando correlações econômico-sociais e a esfera da cultura (uma relação dialética entre economia e produção cultural).

¹⁰ Durante a juventude, Sodré foi um filho legítimo do movimento tenentista (CUNHA, 2002), o que colaborou para sua futura rotação à esquerda. Em conformidade com outro texto do autor referido, a maioria desses jovens militares da Primeira República “[...] tinham uma origem social pequeno-burguesa com a possibilidade de transformar a sociedade por meio da filiação ao exército – instituição a que, nesse caso, diferenciava-se política e socialmente como arma da Marinha” (CUNHA, 2004, p. 85), visto o protagonismo dos militares no período.

¹¹ De acordo com Gaio (2015), associada ao Clube Militar, a revista serviu como porta-voz das discussões e assembleias do Exército Brasileiro. Na década de 1950, Sodré publicou centenas de artigos nesse periódico, a maioria sobre literatura e nacionalismo, elementos recorrentes em seus textos.

¹² Como militar, “fiel à herança do tenentismo, Werneck Sodré o transpõe a seu modo, encontrando na tradição marxista o passo consequente para a necessária revolução das condições sociais e políticas do Brasil” (GRESPLAN, 2007, p. 199). Outro aspecto fulcral da sua carreira: “a singularidade da vida de Werneck Sodré é marcada por uma trajetória que tem início no Exército – dominado pelo positivismo – e termina desaguando nas correntes do marxismo” (HIPOLITO, 2011, p. 199), passando a refletir criticamente sobre a questão nacional.

¹³ No decorrer da sua juventude, aos 18 anos de idade, Sodré começa a escrever (ficção) para algumas revistas (NETTO, 2011), sendo premiado pelo conto *Satânia* (1929). No livro *Memórias de um escritor*, o militar de esquerda declarou que uma das inovações que a revista *O Cruzeiro* trouxe foi a de um concurso de contos, onde as pessoas podiam “[...] enviar seu conto à redação; se fosse publicado, o autor receberia cem mil réis – quantia relativamente grande, na época – e mais original de uma das ilustrações, sendo os ilustradores escolhidos entre professores da Escola de Bela-Artes” (SODRÉ, 1970, p. 48); inclusive, o prêmio do concurso foi “[...] dividido com o escritor Guimarães Rosa, ainda pouco conhecido e, a partir de fins da década de 1940, consagrado” (GAIO, 2015, p. 10). Segundo as palavras de Sodré, o conto premiado refletia acerca da cultura italiana no romantismo ao retratar a ardente paixão de um jovem austríaco por uma estranha mulher, fascinante e misteriosa, a qual desaparece sem deixar rastros. Por conta dessa separação repentina, amargurado e delirante, o garoto passa a buscar a morte na guerra “[...] e que, ferido, é procurado por ela, recusando-se a perdô-la; no dia seguinte, arrependido, vai ao seu encontro, após o bombardeio do hospital em que ela trabalhava como enfermeira; mas é tarde: ela morrera pela manhã” (SODRÉ, 1970, p. 49), o que indica as múltiplas preocupações da obra sodreana, tanto no pensamento social quanto na literatura.

irrestrita. De fato, escreve suas críticas literárias nos jornais ao tempo em que é tenente; seus primeiros livros, como capitão (GRESPLAN, 2007, p. 198).

Gaio (2015) destaca que a carreira militar de Nelson Werneck Sodré se distingue em virtude de contínuos saltos qualitativos, no âmbito teórico-científico, unidos a súbitos avanços na hierarquia das Forças Armadas. Posteriormente, diante da notoriedade que alcançou na década de 1940, Sodré passa a integrar regularmente o Clube Militar, em simultâneo aos seus primeiros passos no interior do PCB¹⁴. Neste sentido, “o caso do Clube Militar foi o ponto de inflexão decisivo que haveria de mutilar a carreira de Sodré” (COSTA, 2011, p. 21), encontrando, por um lado, aliados convictos com a causa nacionalista¹⁵ e, por outro, opositores antidemocráticos e reacionários – assim, descortinavam-se as rixas existentes entre grupos nacionalistas e entreguistas, em outros termos, entre legalistas e golpistas:

A eleição do Clube Militar, em 1950, foi então considerada um ato preliminar de tentativa do retorno de Getúlio. Cordeiro de Farias, que participara de sua deposição e nela fora o mensageiro de Góis Monteiro e de Dutra, candidatou-se à presidência do clube. Para enfrentá-lo, foram buscar Newton Estillac Leal, também um revolucionário histórico, conhecido por suas posições independentes e nacionalistas, o qual já se mostrara favorável à tese do nacionalismo estatal. No final de 1949, Sodré aceitou integrar a chapa Estillac, empenhando-se decididamente na campanha. Ao lado de Cordeiro, alinhavam-se renomados militares, quase todos participantes de alto nível da FEB, como Ademar Queiroz, Castello Branco, Néelson de Melo, Syseno Sarmento, Walter Menezes Paes, João Bina Machado. A chapa Estillac, não menos expressiva, era integrada pelo que havia de melhor no nacionalismo e na esquerda militar, destacando-se, além de Sodré, Horta Barbosa, Tácito Lívio Reis de Freitas, Raul Carnaúba, Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, Igatipe Cerqueira Novais, Donato Ferreira Machado. A chapa nacionalista venceu estrepitosa e surpreendentemente (COSTA, 2011, p. 22).

Essa eleição não foi uma eleição qualquer: a ordem política da Guerra Fria adentrava o território brasileiro (NETTO, 2011), carregando, portanto, as divergências políticas e ideológicas. Ao aceitar o convite da chapa nacionalista, tínhamos um marxista convicto na eleição, algo que poderia influenciar a escolha dos indecisos. Contudo, a chapa nacionalista contava com um diferencial: o general Newton Estillac Leal já era um velho conhecido do público brasileiro – pela constante defesa de posições nacionalistas –, tendo participado do

¹⁴ Na próxima sessão deste trabalho, tendo em vista a relevância do tema, abordaremos a ligação de Nelson Werneck Sodré com o PCB.

¹⁵ Naquela altura da sua carreira, Nelson Werneck Sodré havia formado vários laços de camaradagem no setor militar, “[...] com ele solidários em todas as circunstâncias, principalmente Umberto Peregrino, Cavalcanti Proença, Amaury Benevenuto Lima, Apolônio de Carvalho, Tristão de Alencar Araripe (autor de biografia de Tasso Fragoso, o chefe militar que mais o prestigiou)” (COSTA, 2011, p. 26), e com muitos destes apoiando publicamente a chapa nacionalista. O mandato desta chapa foi duramente prejudicado pela oposição. Na verdade, “tais eleições foram marcadas por atos de extrema violência executados pela chapa adversária, a *Cruzada Democrática*, braço armado da UDN e profundamente antivarguista” (GAIO, 2015, p. 21), liderada por militares conservadores e anticomunistas, como Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Nelson de Mello.

movimento tenentista e até mesmo da Revolução de 1930. Com o início da década de 1950, “a ala nacionalista, liderada por Estillac Leal, apoiou francamente a proposta de Vargas para a criação da Petrobras, apresentada pela primeira vez ao Congresso em dezembro de 1951” (SKIDMORE, 2010, p. 141) e, além disso, este general preconizava uma linha independente nas relações exteriores, durante o governo constitucional de Getúlio Vargas.

Logo após sair vitorioso das eleições pela direção do Clube Militar, Nelson Werneck Sodré assumiu o cargo de diretor na parte cultural da corporação (CUNHA, 2002). Em simultâneo ao resultado das eleições no clube, a sociedade brasileira passava por períodos de turbulência política e econômica¹⁶, levando-o a emitir análises baseadas no materialismo histórico-dialético ao adaptar os clássicos do marxismo para a realidade nacional. Ainda na carreira militar, ele sobe ao posto de tenente-coronel (1953) e permanece no Rio Grande do Sul até 1955 (NETTO, 2011), tendo sido eleito diretor da Biblioteca do Exército (1956). Em seguida, há um grande desafio nas proximidades: o começo da sua vinculação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde atuou como docente e historiador até 1964.

Enquanto pesquisava e ministrava cursos no ISEB¹⁷, Nelson Werneck Sodré dedicou bastante tempo para a produção e publicação dos trabalhos que o consagraram como um renomado marxista do período. Isso se deve às teorias relacionadas ao quadro histórico brasileiro, substanciadas no livro *Formação histórica do Brasil*, de 1962. Neste cenário institucional, Sodré articulou palestras e seminários e, ao mesmo tempo, ampliou sua percepção em torno do materialismo-histórico:

No ISEB fundamentou – com referenciais teóricos mais elaborados – e publicou as primeiras edições de seus livros seminais: *Introdução à revolução brasileira*, de 1958; *Formação histórica do Brasil*, de 1962; *História da burguesia brasileira*, de 1964; obras que foram reeditadas várias vezes ao longo dos seguintes anos (CUNHA, 2004, p. 92).

¹⁶ Para Skidmore (2010), essa disputa no Clube Militar coincidiu com momentos nevrálgicos: o governo pleiteava uma resposta nacionalista para a questão do petróleo, a Guerra Fria se transformava em guerra aberta na Coreia e a União Democrática Nacional (UDN) combatia qualquer expressão possível do varguismo.

¹⁷ Sobre o contexto político-cultural daquele momento, “o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) se notabilizou nos anos 50/60 por ter se constituído, no plano intelectual, na principal agência ideológica que refletiu, debateu e difundiu o nacionalismo no Brasil” (TOLEDO, 2001, p. 42), tendo por objetivos, os isebianos, a difusão da pauta desenvolvimentista (nacionalista), percorrida através de mudanças econômicas e sociais. Ainda, o ISEB contava com proeminentes intelectuais já na sua fundação (julho de 1955), por exemplo: Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, além de outros grandes pensadores, como Roberto Campos e Celso Furtado.

Como professor na instituição mencionada, Nelson Werneck Sodr e sistematizou “[...] uma teoria do Brasil¹⁸ singular e que envolve problemas at e hoje não resolvidos nas ciências sociais brasileiras: as questões do feudalismo, da transi o, da democracia e do caráter de nossa forma o, tanto em termos econ micos quanto sociais e culturais” (OLIVEIRA, 2021, p. 128), naqueles trabalhos publicados entre 1958 e 1964/1965. Esses novos livros “[...] resultavam, essencialmente, da sua plena apropria o dos fundamentos teórico-metodológicos marxistas e das condi es de pesquisa, ensino e diálogo intelectual que a atividades nos marcos do ISEB lhe propicia” (NETTO, 2011, p. 53), interligando teoria e prática revolucionária. Para efeito de análise, a sua teoria do Brasil – a teoria da revolu o brasileira – determina “[...] a particularidade da forma o social brasileira a partir da elabora o de Lênin e Mariátegui” (DEL ROIO, 2016, p. 86), em contato com a historiografia do seu tempo. Enquanto permaneceu no ISEB, este historiador marxista foi promovido ao posto de coronel e, posteriormente, obteve seu desfecho com “[...] a passagem para a reserva em novembro de 1961, no posto de general” (NETO, 2011, p. 19), encerrando assim sua carreira militar.

Após o golpe militar de 1964, a persegui o política abateu-se imediatamente sobre Nelson Werneck Sodr e, levando-o   prisão e, em seguida, ao exílio. Mesmo com o recente lançamento do clássico *História militar do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1965, os militares golpistas desaprovaram a comercializa o da obra e apreenderam todas as edi es que circulavam nas lojas¹⁹. Relegado ao ostracismo por muitos anos, Sodr e publicou poucos textos enquanto estava fora do país, exceto pela publica o de um pequeno livro de introdu o   geografia, de 1976 (DEL ROIO, 2016), relativamente desconhecido e pouco utilizado pelos pesquisadores brasileiros, diga-se de passagem²⁰.

  justo sublinharmos que “a vida e a obra de Nelson Werneck Sodr e são uma trajetória de discrimina o em nome de preconceitos corporativos; o preconceito ideológico na vida do soldado; o preconceito acad mico e antimilitar na vida civil” (COSTA, 2011, p. 30). Sendo

¹⁸ A existência de uma teoria sodreana do Brasil   defendida pelos seguintes autores: Conte (2010), Cunha (2002; 2004), Del Roio (2016), Gaio (2015), Grespan (2007), Netto (2011), Oliveira (2021), Pinto (2011) e outros.

¹⁹ A obra *História militar do Brasil* foi “[...] um esforço pioneiro de compreender as forças armadas brasileiras relacionando-as ao desenvolvimento econômico-social do país” (NETTO, 2011, p. 72), tendo sido duramente criticada e repreendida pelos militares golpistas   época.

²⁰ Sobre o conceito de “História” para Nelson Werneck Sodr e, identifica-se uma defini o em *História e materialismo histórico no Brasil*, de 1985. Na visão deste militar de esquerda, “ela se ocupa dos fatos para, com eles, isto  , com o particular, compor o processo, isto  , o geral ou o universal. Trata-se, no fim de contas, de passar do concreto ao abstrato, da enumera o   linguagem conceitual” (SODR E, 1985, p. 40) e, assim, a dialética permite atravessar da quantidade   qualidade (do geral para o específico).

assim, precisamos contextualizá-lo de acordo com os diferentes momentos históricos da nação, “[...] situando-o no *seu* Brasil, que já não é o *nosso*, ainda que a *nossa* problemática tenha raízes no Brasil de Sodré e só possa ser compreendida a partir dele” (NETTO, 2011, p. 88); resumidamente, Sodré encontrou no marxismo as respostas para os infortúnios do país ao exercer uma análise integrada entre suas publicações, haja vista que ele idealizou critérios próprios, porém, a cada instante explicitados.

1.2. A VINCULAÇÃO DE SODRÉ COM O PCB

Na medida em que obedecem às exigências de diferentes naturezas, os militares acabam sendo constantemente transferidos para outras localidades e, desse modo, devem cumprir com as ordenações impostas pelos seus respectivos superiores. De acordo com Foucault (1997) o aparato militar é, acima de tudo, um dispositivo disciplinar, organizado linear e progressivamente, completamente habilitado a controlar os seus subordinados por parâmetros hierárquicos. Em 1942, Nelson Werneck Sodré participou da estruturação do 5º Grupo de Artilharia de Dorso, permanecendo até 1944 no estado da Bahia (NETTO, 2011). Cunha (2002) aponta para este momento derradeiro: no período que se segue, Sodré rotacionou diretamente à esquerda comunista, por isso a necessidade e o compromisso com um partido proletário e revolucionário:

Pelas razões acima desenvolvidas é que entendo que foi nesse período, de 1943 a 1944, entre sua passagem por Salvador e já na sua volta ao Rio de Janeiro, é que se torna possível visualizar a confirmação da hipótese de que esse é o momento em que o historiador se aproximou do PCB, e em que poderia ter sido considerado um membro, mas não necessariamente ainda um militante do partido (CUNHA, 2002, p. 205).

Há ainda outros aspectos interessantes, um deles é que a condição de membro do PCB nunca foi reivindicada publicamente pelo autor, especificidade pontuada tanto em Cunha (2002; 2004) quanto em Netto (2011). Entretanto, é na Bahia que “[...] ele depara com o mais forte movimento de massas organizado do país, composto por médicos, intelectuais, operários, comerciários” (CUNHA, 2002, p. 201), com manifestações populares contrárias ao regime varguista. Naquele cenário de intensa propaganda e agitação política, os comunistas baianos contavam, “[...] inclusive, com a única seção reconstruída e organizada do PCB que se manteve na vanguarda da organização e na condução de um movimento de massas disseminado por quase todos os segmentos” (CUNHA, 2002, p. 202). Em termos políticos,

tratava-se de um grande centro de militância para a esquerda brasileira. Mesmo não sendo formalmente filiado à estrutura do PCB, o marco delineador dessa etapa “[...] apresenta-se quando o encontramos colaborando intensamente, a partir de 1943, no *Diário de notícias*” (CUNHA, 2002, p. 188), haja vista que a redação deste jornal possuía nomes relevantes para o marxismo à época²¹.

Essa fase na capital baiana resultou, em 1944, nos vínculos com determinados intelectuais marxistas, tendo como exemplo, “[...] Jorge Amado, já então no PCB, amigo do autor e recém-chegado do exílio, e, também, se encontrava exilado o escritor comunista Alberto Passos Guimarães” (CUNHA, 2002, p. 203). Além disso, Nelson Werneck Sodré conheceu outros dois membros da estrutura partidária: Fernando Sant’anna, dirigente do movimento estudantil e futuro deputado do PCB; e Valério Konder, médico sanitaria e pai do filósofo marxista Leandro Konder (CUNHA, 2002). Na verdade, estes renomados marxistas seriam amigos de longa data na militância pecebista. As bibliografias acima referenciadas enfatizam que, na ocasião em que partira de Salvador para regressar à cidade do Rio de Janeiro (início de 1944), Sodré já estava muito perto de filiar-se ou até mesmo já era membro do PCB.

Os acontecimentos nacionais e internacionais daquele momento possibilitaram mudanças político-ideológicas. Por um lado, no plano externo, o episódio da Batalha de Stalingrado (1942-1943) simbolizava a vitória do socialismo soviético perante a besta nazifascista, porque “de Stalingrado em diante, todo mundo sabia que a derrota da Alemanha era só uma questão de tempo” (HOBSBAWM, 1995, p. 38), elucidando que a guerra mudara a favor das tropas aliadas. Por outro lado, no plano interno, a ditadura estadonovista (1937-1945) “[...] nasceu sob a promessa de combater o comunismo e, os meios ilimitados de que dispunha, tornavam dispensáveis os esforços auxiliares dos grupos sociais interessados” (MOTTA, 2002, p. 176), com um regime que limitou ainda mais o PCB²². Por conta dessas

²¹ É importante observar que o *Diário de notícias* não era um órgão oficial do PCB. O jornal mudou drasticamente sob a orientação de Odorico Tavares, em 1943, “[...] na medida em que teve na sua redação notórios intelectuais comunistas como Rui Facó, Almir Matos e Jacob Gorender, além de contar com a colaboração de Nelson Werneck Sodré” (CUNHA, 2002, p. 188). De acordo com este último autor, ao ser influenciada pela própria redação, a política editorial do *Diário de notícias* coincidiu com o esquema programático do partido (o antifascismo e a união nacional). Durante aquela época, o comitê central do PCB destacava que “o inimigo, agora, passa a ser o ‘nazismo alemão e a sua agência nacional – o integralismo’. Contra ele era necessário unir todas as forças, deixando implícita a ideia de ‘União Nacional’ acima de quaisquer outros conflitos” (PRESTES, 2001, p. 39). Verdade seja dita, tal posicionamento está vinculado com a nomeação de Ademar de Barros como interventor federal no governo de São Paulo, em 1938.

²² Getúlio Vargas perseguiu os comunistas antes mesmo da ditadura estadonovista. A tática antifascista do PCB deu origem, em 1935, à Aliança Nacional Libertadora (ANL), que procurou unificar forças com todos aqueles que se opunham ao fascismo e ao integralismo. A ANL cresce “[...] até julho de 1935, quando é ilegalizada

situações históricas, a postura autocrítica de Nelson Werneck Sodré motivou, em parte, o distanciamento dos seus antigos valores tenentistas, uma vez que uniu os seus ideais nacionalistas ao marxismo revolucionário (CUNHA, 2002), utilizando-se, portanto, das obras de Vladimir Lênin e José Carlos Mariátegui no seu empreendimento teórico-metodológico.

Na segunda metade da década de 1950, torna-se essencial destacarmos as continuidades e rupturas do movimento comunista internacional. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) causou inúmeras divergências para o campo socialista. As denúncias de Nikita Khrushchov expuseram os crimes do regime stalinista²³ e, tal como os militantes soviéticos, os marxistas brasileiros não estavam imunes ao que estava por vir. Conforme Santos (1988), em 1958, a linha dominante do comitê central pecebista tinha em mente o início do processo de “desestalinização institucional” – e, por consequência, a inauguração da primeira grande renovação do PCB, estimulada pela *Declaração de Março de 1958*²⁴. Num esforço para estimular o diálogo com a militância, o manifesto procurou atacar veementemente o imperialismo norte-americano e a predominância do latifúndio brasileiro. Com efeito, os elementos do comitê central ambicionavam uma frente ampla, democrática e nacionalista, ao passo que “[...] o PCB propunha a tomada do poder através da ‘pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas’, através da vitória eleitoral e da resistência das massas populares aliadas às forças nacionalistas no Congresso” (CHILCOTE, 1982, p. 123), uma determinação tida como reformista por aqueles que não aderiram à linha krushevista, diga-se de passagem. O programa nacional-democrático, de 1958, viabilizava alianças estratégicas com a chamada “burguesia nacional”. É neste contexto político que os militantes mais “desconfiados” passaram a questionar com mais veemência as reais intencionalidades da elite econômica brasileira, tendo em vista os profundos laços de dependência da alta burguesia e dos latifundiários com o imperialismo norte-americano²⁵:

pelo governo Vargas” (SEGATTO, 1989, p. 46), a pretexto de censurar o discurso de Luís Carlos Prestes (5 de julho), devido ao seu recente retorno da URSS. E, com a derrota da insurreição de novembro (Intentona Comunista), “de 1938 até o início de 1942, a atuação política do PCB torna-se bastante limitada, chegando mesmo quase que a desaparecer” (SEGATTO, 1989, p. 50), perdurando somente no polo baiano e paulista.

²³ Devido a essas e outras eventualidades, a China maísta rompeu relações com a URSS – assim propondo uma via socialista distinta.

²⁴ Pela análise documental, Segatto (1989) resume a Declaração nos seguintes pontos: 1) uma política exterior independente e pacífica; 2) desenvolvimento industrial e anti-imperialismo; 3) implementação da reforma agrária; 4) consolidação da democracia popular; 5) aumento significativo do nível de vida da população brasileira.

²⁵ Sodré reiterava que, na dinâmica da vida brasileira, “o poder está repartido entre a alta burguesia e os latifundiários, ligados, todos, ao imperialismo. Estas classes exercem o poder, porém, sob fiscalização rigorosa e combate continuado; as pressões provêm das demais classes, internamente, e do imperialismo, externamente” (SODRÉ, 1978, p. 206); logo, o povo brasileiro deve conduzir uma revolução antiimperialista e antifeudal.

As propostas do PCB, que poderiam ser chamadas de nacional-reformistas, influenciavam vários setores sociais, mesmo os que não militaram no Partido. Buscava-se realizar a “revolução burguesa” no Brasil, pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semifeudais, no campo, entrando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Os setores feudais dominantes contariam com um forte aliado para manter o atraso relativo da economia, o imperialismo, a quem não interessaria o desenvolvimento autônomo da nação brasileira. Dessa forma, a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora (RIDENTI, 2010, p. 27).

Consequentemente, a implantação de um regime nacional-democrático pelo caminho pacífico e, em certa medida, institucional, foi duramente criticada pelos marxistas mais ortodoxos. O abandono das forças populares e o apoio a setores da burguesia, “[...] bem como sua anuência frente à repressão política e o fechamento democrático, foi cobrado do PCB. Com a cobrança, veio a desconfiança política e o descrédito teórico, visto que a perspectiva democrática radical do Partido naufragara” (CONTE, 2010, p. 18), pois, em termos de militância, verifica-se a reinserção dos comunistas perante os trabalhadores e camponeses. Com efeito, as orientações da *Declaração de Março de 1958*²⁶ foram corroboradas pelo V Congresso do PCB (1960). Sobre as resoluções políticas aprovadas no congresso de 1960, “a etapa da revolução brasileira, naquele momento, é caracterizada como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática” (SEGATTO, 1989, p. 99), assim como Nelson Werneck Sodré compreende em *Introdução à revolução brasileira* (1958). É essencial conceber que a nossa fonte é um trabalho historiográfico publicado no mesmo ano da famigerada declaração pecebista, onde “a expressão teórica mais completa do programa está na obra de Nelson Werneck Sodré” (MORAES, 2007, p. 162). Com base nas elaborações teóricas do PCB e de marxistas como Sodré, as reformas de base do presidente João Goulart passavam a ser o “[...] elemento fundamental de acumulação de forças para o desencadeamento da revolução” (SEGATTO, 2003, p. 129), e não simples medidas paliativas de cunho pequeno-burguês.

Uma vez encerrado o V Congresso do PCB, inicia-se uma intensa luta política no interior da organização. Um grupo de dirigentes²⁷ ordena “[...] a eleição de um novo Comitê Central; a manutenção do nome (*Partido Comunista do Brasil – PC do B*); um programa político (bastante parecido com o do *Manifesto de agosto* de 1950 e do IV Congresso do

²⁶ O programa deferido no V Congresso era, em síntese, “[...] a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhora das condições de vida das massas populares” (SEGATTO, 1989, p. 103). Assim, a resolução do congresso dava continuidade ao manifesto que o partido já tinha lançado anteriormente, em 1958.

²⁷ Eram eles: Pedro Pomar, Maurício Grabois, João Amazonas, Arruda Câmara e Ângelo Arroio.

PCB), etc.” (SEGATTO, 1989, p. 105). A favor da luta armada e contra o revisionismo, esse novo partido marxista, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), compactua com os preceitos da Revolução Chinesa (1949) e, ao mesmo tempo, intercede através do distanciamento das estratégias do PCB. No início da década de 1960 temos outros grupos revolucionários “[...] como alternativas à política predominante do PCB no seio das esquerdas: a AP (Ação Popular) e a POLOP (ou ORM-PO, isto é, Organização Revolucionária Marxista – Política Operária)” (RIDENTI, 2010, p. 28), com o proletariado urbano e rural na vanguarda revolucionária.

O golpe militar de 1964 desmantelou os partidos e movimentos de esquerda. Por um lado, segundo Ridenti (2010), a política do programa nacional-democrático não arquitetou medidas de resistência aos atos da direita reacionária e golpista. Por outro lado, em conformidade com Segatto (1989), por conta da chegada dos militares ao poder, a política interna do PCB ficou desnorteada como jamais esteve: num extremo, o partido avaliava a derrocada de abril como o fruto dos “erros de direita” em relação à burguesia nacional e seus agentes; no outro extremo, os equívocos pecebistas nasceram na anuência com João Goulart e na ausência da luta armada. É nessa correlação de forças que Nelson Werneck Sodré passou à bode expiatório da derrota comunista, tendo em mente que “a crítica, pela esquerda e pela direita, às diretrizes do PCB, que seguiam a leitura de Sodré em relação à questão do feudalismo e da burguesia nacional, se avolumou muito” (DEL ROIO, 2016, p. 98). Finalmente, em virtude dos anos finais da ditadura militar e do processo de anistia, em 1979, “[...] o encontramos colaborando nos vários jornais do partido, com a *Voz da Unidade*, *Novos Rumos*, ou em revistas organizadas por intelectuais comunistas, como *Temas de Ciências Humanas*” (CUNHA, 2004, p. 96), militando no anonimato por décadas e poucas vezes sinalizando aproximações com o histórico de lutas do PCB.

1.3. A IMPORTÂNCIA DE INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA (1958)

Para buscar compreender a formação social brasileira, Nelson Werneck Sodré investigou detalhadamente as principais problemáticas culturais, econômicas e políticas da América Latina. Recorrendo ao método marxista para obter uma visão original em torno do quadro nacional, Sodré publicou o livro *Introdução à revolução brasileira*, de 1958. Neste trabalho o autor aponta os entraves da revolução brasileira e, paralelamente, determina quais são as classes que estão aptas a conduzir essas mudanças estruturais (os militares, a burguesia

nacional, a classe média e o povo). Já no prefácio da quarta edição, a título de exemplo, este militar e historiador comunista registra o seguinte: "[...] algumas conferências pronunciadas entre 1954 e 1956, apreciando a evolução da sociedade, a evolução da economia e a evolução da cultura brasileiras, como a evolução racial, quanto ao aspecto da contribuição do negro em nossa formação" (SODRÉ, 1978, p. 4), com o objetivo de delinear, pelo método marxista-leninista, um longo panorama histórico da nação e as suas particularidades. Em outras palavras, tal autor recorre a um enfoque crítico, relacional e contextual:

Em 1958, Sodré se propõe um exame da história brasileira, do século XVI a meados do século XX – história na qual encontra três cortes: a Independência, a República e a “revolução brasileira”, aberta com o movimento de 1930, que ele caracteriza como uma revolução “democrático-burguesa de tipo novo”. Ele enfatiza o caráter *diferente* dessa revolução, o seu “tipo novo” comparativamente às revoluções burguesas “clássicas”, assinalando as condições específicas em que ela se processa (num país dependente, com o capitalismo já entrando em seu estágio monopolista – vale dizer, imperialista). Para ele, pesa fortemente nesta especificidade o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, resultado seja da estreiteza do mercado interno (cujo alargamento é travado também pelas sequelas do regime escravista outrora imperante), seja da exploração imperialista (NETTO, 2011, pp. 54-5).

Pelo ponto de vista de Segatto (2008), os capítulos e subtópicos de *Introdução à revolução brasileira* acabaram sendo organizados a partir das aulas e palestras que Nelson Werneck Sodré realizou na década de 1950. Ao considerarmos o seu papel para o desenvolvimento da historiografia brasileira, Sodré (1978) inicia sua análise ao abordar a conjuntura histórica do século XVI (momento de soberania do capital mercantil) e, como resultado, termina sua investigação nos acontecimentos do século XX (nascimento da burguesia brasileira, consolidação capitalista, influência do imperialista, etc.), enquanto perpassa por diversos temas de pesquisa (sociedade, economia, cultura, literatura, militarismo e a questão racial). Conforme Rosangela Silva (2020), é possível destacar determinados fundamentos em *Introdução à revolução brasileira*: de um lado, temos os entraves que impossibilitaram o processo revolucionário brasileiro; de outro lado, o caráter específico da formação social brasileira, levando em conta o momento de expansão do capitalismo monopolista²⁸. Por conseguinte, de acordo com Sodré (1978), é preciso transformar as contradições econômicas da sociedade de classes:

²⁸ Pela utilização das teorias marxistas de Vladimir Lênin, Sodré (1978) observa a obra *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, de 1917. Para o revolucionário russo, o surgimento da atividade imperialista moderna acontece durante a década de 1870, haja vista que “o imperialismo represente em si, sem dúvida, um estágio particular de desenvolvimento do capitalismo” (LÊNIN, 2021, p. 115), com a união do capital financeiro e industrial. Sodré (1978; 1990) observa que a burguesia brasileira e o imperialismo são produtos do mesmo processo de expansão capitalista.

Ele relata a existência, no período em que escreve – em 1958, de um processo revolucionário que está em curso, este é o tema central da obra, e de maneira específica ele busca identificar o agente propulsor deste processo, a classe média representada principalmente por uma de suas frações, os militares (SILVA, 2020. p. 122).

No final da década de 1950, os marxistas do PCB concordavam com a tese dos resquícios feudais no latifúndio brasileiro. Assim, o processo revolucionário conseguiria viabilizar a expansão do mercado interno e da indústria nacional. Através de autores anticoloniais e dos preceitos do marxismo revolucionário, Nelson Werneck Sodré (1978) discute sobre as particularidades da questão racial brasileira, tendo em vista a situação dos povos indígenas e das populações negras escravizadas. O autor questiona a miscigenação e a (re)produção do racismo²⁹, sendo essas percepções umbilicalmente agregadas ao modo de produção capitalista aqui implementado e desenvolvido. Com efeito, parece improvável a desassociação do capital mercantil e da questão racial, especialmente para os estudos marxistas, como Williams (2012), Moura (2019; 2020), Fanon (2020; 2022), Rodney (2022) e outros. Na verdade, em *Introdução à revolução brasileira*, compreende-se que o racismo e a evolução do capitalismo caminham paralelamente, com a dominação de uma classe sobre a outra – ou melhor dizendo, no caso brasileiro, com a persistência da autoridade branca sobre a camada da reprimida massa de trabalhadores negros. De acordo com a visão de Sodré (1978), os resquícios coloniais impossibilitaram o surgimento de relações plenamente capitalistas³⁰ e, de modo geral, a superação do racismo dependeria do sucesso da revolução brasileira.

Ademais, impelido pelos debates literários do século XIX, este autor marxista abordou a problemática racial indígena no interior da cultura brasileira, principalmente na literatura. Durante esse século, por meio da questão racial, o indianismo³¹ correlaciona-se aos princípios de tipo burguês, como a busca da identidade nacional. No âmbito do nacionalismo, é interessante comparar as leituras de Sodré (1978) e, por sua vez, as interpretações de José Carlos Mariátegui em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, de 1928. Outro ponto que chama atenção é a crítica do marxista e historiador brasileiro ao conceito de “democracia racial”³², em razão da miscigenação no panorama histórico e social.

²⁹ Sodré (1978) percebe o racismo por meio de uma perspectiva estrutural, bem como Almeida (2019).

³⁰ Indicamos a leitura de Sodré (1984) para a compreensão do colonialismo e de seus princípios ideológicos.

³¹ O movimento indianista, ou simplesmente indianismo, alude ao mito do índio como um herói, temática extremamente comum ao romantismo do século XIX – isto é, trata-se daquele contexto de ascensão do sentimento nacionalista e da ideologia burguesa. Na literatura brasileira, o escritor José de Alencar foi o maior expoente do indianismo, o qual marcou a exaltação indígena em seus romances.

³² A expressão “democracia racial” busca exprimir uma suposta igualdade que se estenderia a todos (brancos, negros, pardos, indígenas, etc.), assim sendo um ideal comum entre a elite brasileira e os intelectuais

Em síntese, no decorrer do presente capítulo, verificamos determinados episódios da vida e obra do historiador marxista Nelson Werneck Sodré, como a militância no PCB e o período docente no ISEB. Além disso, recordamos, em parte, sua longa produção historiográfica, concomitantemente com a carreira militar. Orientado pela teoria marxista, este autor escreveu acerca de variadas temáticas e assuntos. Enquanto professor no ISEB, ele planejou sua “teoria do Brasil” ao correlacionar os trabalhos de Vladimir Lênin e José Carlos Mariátegui, entre os anos de 1958 a 1964. Neste mesmo momento, os seguintes trabalhos indicam os aspectos da nossa formação social e a teoria revolucionária: *Introdução à revolução brasileira* (1958), *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* (1959), *História da literatura brasileira* (1960), *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro* (1961), *Formação histórica do Brasil* (1962), *Quem é o povo no Brasil?* (1962) e, por último, *História da burguesia brasileira* (1964). Por fim, no último tópico deste capítulo, comentamos a respeito da nossa fonte primária, o livro *Introdução à revolução brasileira*, publicado pela primeira vez no ano de 1958.

A seguir, no segundo capítulo desta pesquisa, examinaremos a questão racial brasileira no trabalho de Nelson Werneck Sodré (1978). Pelas observações do capítulo “Evolução Racial” em *Introdução à revolução brasileira*, veremos como tal pensador comunista esmiuçou as relações entre brancos, negros, pardos e indígenas ao decorrer dos últimos cinco séculos. Para tanto, é necessário contemplar as divisões de classe e de raça numa ampla duração histórica, profundamente vinculada ao sistema capitalista de produção.

conservadores do século XX. Conforme Florestan Fernandes (2021), tal conceito esconde a existência do preconceito racial e, portanto, (re)produz um discurso patriarcal que privilegia a população branca.

CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO RACIAL EM *INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA* (1958)

A partir dos aparatos de investigação histórica, percebe-se a estreita correlação do sistema capitalista com a perpetuação da escravidão, do racismo e das teses eugenistas³³. Verdade seja dita, o nascimento do mundo moderno é uma marca do tráfico negreiro e da disputa pelas possessões coloniais, uma longa e acirrada rivalidade política e econômica entre os primeiros Estados nacionais da Europa (WILLIAMS, 2012). Como consequência dessa corrida do período mercantilista, os monarcas portugueses dominaram o território brasileiro por quase quatro séculos, tendo em mãos a imposição do escravismo colonial. Fundamentado por essa ideia de (re)produção do racismo e³⁴, ao mesmo tempo, de evolução do modo de produção capitalista, Sodré (1978) propõe uma interpretação extremamente detalhada do Brasil em momentos consecutivos (colonial, imperial e republicano), comentando sobre a questão racial e os empecilhos nacionais.

Partindo destes pressupostos, o segundo capítulo deste estudo examina a fonte primária selecionada, o livro *Introdução à revolução brasileira*, de 1958. Assim, ao longo de três tópicos, o nosso objetivo é notar como Nelson Werneck Sodré ponderou a questão racial brasileira ao longo dos séculos. Na primeira etapa deste debate, discutiremos sobre a problemática racial negra, tratando-se de uma característica decisiva para a compreensão da formação social brasileira. Após essa primeira exposição, na segunda parte do capítulo,

³³ O termo “eugenia” foi concebido por Francis Galton no final do século XIX. Devido à ascensão do determinismo racial, os eugenistas defendiam a “teoria das raças” e condenavam a miscigenação. Pelo viés dos conceitos, essa perspectiva trouxe, “[...] por sua vez, um ‘ideal político’, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social – a eugenia –, cuja meta era intervir na reprodução das populações” (SCHWARCZ, 1993, p. 78); logo, na prática, o eugenismo é um produto das pseudociências e do racismo colonialista. Buonicore (2009) relata que essas ideias raciais persuadiram parte considerável da intelectualidade brasileira até a década de 1930. Durante o contexto da escravidão, “o primeiro grande cientista brasileiro a incorporar as teses racistas modernas foi Nina Rodrigues (1862-1906)” (BUONICORE, 2009, p. 209) e, na primeira metade do século XX, Oliveira Viana foi a principal figura do racismo pseudocientífico nacional. A partir do livro *Ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*, de 1961, a crítica premeditada por Nelson Werneck Sodré caracteriza Viana como um expoente da subalternidade colonialista e imperialista.

³⁴ A partir da nossa fonte primária, o racismo é caracterizado como o problema da distinção da “[...] criatura humana por traços outros que não a pigmentação, relegada à posição de exterioridade secundária, despida de todas as significações que lhe foram emprestadas para, na verdade, distinguir alguma coisa muito mais profunda” (SODRÉ, 1978, p. 144) – e, sendo assim, o autor compreende esse conceito como um problema que deve ser superado. Se compararmos tal definição com uma noção mais “atualizada” do termo, podemos afirmar que “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p. 22); em suma, o racismo é uma categoria que compõe os preceitos econômicos e políticos da sociedade capitalista.

pretendemos abordar os paradigmas da questão racial indígena. Finalmente, com a terceira e última subdivisão, calcularemos as perspectivas do autor sobre a população branca.

2.1. A QUESTÃO RACIAL NEGRA

Em *Introdução à revolução brasileira*, Nelson Werneck Sodré particulariza os elementos raciais mediante o desenvolvimento da sociedade brasileira. Com essa longa temporalidade histórica, levaremos em consideração que “o conceito contém, portanto, diferentes abstratos do tempo; seus significados têm durações diferentes” (KOSELLECK, 2020, p. 99) – especialmente em Sodré (1978). Orientado por um olhar contextual, para este historiador comunista o problema das relações de raça assume conceituações e singularidades próprias ao período histórico. Neste sentido, uma análise sistemática da formação racial brasileira deve avaliar as estruturas de poder e o modo de produção dominante:

Para bem compreender e situar o problema das relações de raça em nosso país é indispensável reconstituir, em largos traços, largos mas característicos, como em nossa terra encontraram-se, a partir de determinado momento, grupos humanos de origem diversa, como se comportaram uns em relação aos outros, qual a posição que lhes foi concedida no espaço social, como foi essa posição alterada progressivamente. Só assim estaremos em condições de alcançar a significação profunda dos preconceitos gerados, da generalização de determinados padrões de comportamento, e definir os traços que formam o contorno aparente da situação em que nos encontramos (SODRÉ, 1978, p. 145).

No caso brasileiro, é necessário reconhecer que o elemento racial “[...] não pode ser entendido e interpretado sem a compreensão do quadro das relações de classe” (SODRÉ, 1978, p. 157), em outras palavras, o autor trata as qualidades raciais como representações do sistema de classes³⁵. Com isso, na combinação desses conceitos – entre raça e classe –, “o preconceito racial prevalece no país, pois funciona, segundo Sodré, como uma forma de defesa da classe dominante branca para manter sua posição na sociedade” (CHADAREVIAN, 2012, p. 274). Eis a dialética colonial brasileira: de um lado, a predominância dos proprietários (brancos) e, do outro lado, o restante da sociedade, a massa dos trabalhadores

³⁵ Sobre o estudo dos conceitos, Koselleck (2010) sustenta a ideia da necessidade contextual e relacional dos termos. Com base nesta proposta metodológica, é pertinente ilustrar que “raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*” (ALMEIDA, 2019, p. 18) – à medida que a história das raças envolve condições econômicas e políticas. Através da obra *História e materialismo histórico no Brasil*, Sodré comenta que “só a linguagem conceitual permite definir o processo. Mas isso só pode ser alcançado quando se passa da quantidade à qualidade, do particular ao geral e ao universal” (SODRÉ, 1985, p. 40), daí sua preocupação para com a conceitualização adequada.

explorados (negros, indígenas, mulatos e brancos pobres). Assim, pelo olhar marxista, o debate racial precisa considerar o regime de propriedade:

A propriedade é fortemente concentrada. A riqueza permanece nas mãos de poucos. A divisão entre as classes é profunda: a cor diferente dos elementos de trabalho, como que os rotulando, acentua essa divisão e vai contribuir para que, através dos tempos, os problemas de classe, entre nós, fiquem confundidos com os problemas de raça (SODRÉ, 1978, p. 69).

Como podemos ver no trecho acima, é nesse embate entre diferentes classes que a divisão racial do trabalho reprimia os escravizados negros. Sodré (1978) aponta para o vínculo da questão racial negra e o comércio de escravos na expansão do sistema capitalista. Para ele, o escravismo colonial possibilitou um paradoxo curioso: a classe que fornecia trabalho crescia a passos largos e, simultaneamente, as transformações sociais e políticas não contavam com a participação popular. Neste sentido, os indicadores de classificação racial ultrapassam as barreiras da pigmentação: “no Brasil, além da aparência física de ascendência africana, o pertencimento de classe” é “explicitado na capacidade de consumo e na circulação social” (ALMEIDA, 2019, p. 37), mesmo no início da colonização portuguesa³⁶:

Dentro do quadro em que a propriedade territorial se estabelece como base para a colonização e constitui a referência na repartição das classes sociais, é preciso considerar que o estabelecimento da lavoura extensiva, processo único da primeira fase colonial, tem todos os traços de um empreendimento escravista e está vinculado ao conjunto do surto mercantilista da época (SODRÉ, 1978, p. 26).

Na realidade, como consequência da dinâmica cultural e econômica do colonialismo, “esquecem-se de que, entre os negros, há, realmente, um alto coeficiente de pobreza, e isso não é espantoso porque eles constituem a massa de trabalho, que não tem condições de saúde, de subsistência, de aprendizagem, de morada” (SODRÉ, 1978, p. 160). Se concordarmos com a crítica empreendida pela contra-história do liberalismo de Losurdo (2006), *Introdução à revolução brasileira* também correlaciona a falta de antagonismos entre o liberalismo econômico e as práticas coloniais – no conjunto das contradições dessas elites brancas locais. Diante desse processo de constituição da sociedade brasileira, “o sistema colonial fundamentara-se, desde o início, no binômio terra-escravo – mas é inegável que o escravo era mais importante do que a terra, era mesmo a mercadoria por excelência” (SODRÉ, 1978, p. 168). Consequentemente, os padrões brancos exerceram um domínio completo e irrestrito

³⁶ Em relação ao domínio eurocêntrico, “[...] a racialização do mundo e o racismo são produtos do colonialismo e do imperialismo da Europa e das ‘novas Europas’, ou colônias de assentamento europeu, como os Estados Unidos, a África do Sul, a Austrália, a Argentina e, em parte, o Brasil” (MONSMA, 2016, p. 48).

sobre os escravizados (negros e indígenas), que, portanto, acabaram reduzidos aos interesses dos seus proprietários³⁷. Quanto aos métodos da escravidão colonial:

O papel do negro foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto-degradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (NASCIMENTO, 2016, p. 59).

Com os escravizados entregues ao trabalho agrícola, “vemos estabelecida, assim, a rígida ossatura da empresa comercial montada no Brasil: a grande propriedade e o trabalho escravo, gerando a grande produção para abastecer mercados externos” (SODRÉ, 1978, p. 69). De acordo com este autor, o racismo assume características próprias ao capitalismo brasileiro³⁸. Na verdade, o fluxo de africanos escravizados para o continente americano – durante os séculos XVI e XIX – é o principal fruto da acumulação de capitais e da industrialização das nações imperialistas (RODNEY, 2022). Nesse cenário modelado artificialmente, o trabalho escravo prevaleceu no centro da dinâmica econômica – na medida em que “o Brasil foi o maior receptor de escravos africanos da América, tendo somado pelo menos 4,8 milhões de pessoas até 1850” (KLEIN, 2018, p. 193). Com a população negra submetida ao tráfico transatlântico de escravos, desenvolve-se as bases do colonialismo brasileiro:

Seus fundamentos subordinam-se a dois traços principais: a disponibilidade de terras, das quais os adventícios expulsam os indígenas, efetivando uma destruição maciça, e o sistema de trabalho escravo, já condicionado pelo capital mercantil, trazendo-se ao pé da obra crescentes levas de trabalhadores africanos. Trabalho escravo e grande propriedade são, assim, os traços fundamentais do sistema colonial de produção, destinado a abastecer mercados distantes e estreitamente vinculados ao capital mercantil em vigência (SODRÉ, 1978, p. 120).

Apesar dos variados modos de controle e submissão nos tempos da escravidão, Sodré colocou o povo negro como sujeito dos processos históricos: “[...] é importante não esquecer a

³⁷ Em matéria de divergência teórica, a respeito dos escravizados como agentes históricos, “[...] o escravo não é um ‘capital fixo’, não equivale às máquinas ou a outro bem de capital, como formularam autores brasileiros, entre eles Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Werneck Sodré e Ciro Cardoso” (GORENDER, 1983, p. 15), havendo assim claras discordâncias com os vereditos de Sodré (1978).

³⁸ Para esse propósito, “existe, portanto, uma cumplicidade objetiva do capitalismo com as forças violentas que brotam no território colonial” (FANON, 2022, p. 62), como se nota em trabalhos de teóricos marxistas das décadas de 1950 e 1960 – nas circunstâncias da descolonização afro-asiática.

luta dos escravos nos quilombos” (SODRÉ, 1978, p. 30), por exemplo. Ao contrário daquela historiografia tradicional – de caráter positivista – a qual consegue eliminar a participação das camadas populares, “os levantes de escravos, motins de artesãos, como aquele tão característico da inconfidência baiana de 1798, insurreições locais como a Sabinada ou a conspiração de Tiradentes, indicam e comprovam apenas a mencionada inquietação e instabilidade” (SODRÉ, 1978, p. 77). A respeito do protagonismo dessas populações oprimidas, o sociólogo e jornalista Clóvis Moura apresentou a importância das rebeliões e a resistência cultural, tendo em mente a luta de classes como um norte teórico. No seu trabalho de 1959, *Rebeliões da senzala*, depreendeu os quilombolas como organizadores de formas de convívio alternativas ao sistema da escravidão – de maneira muito semelhante a Sodré (1978). Sobre os aspectos da organização, o autor conceitua que:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. Constituía-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Em reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 2020, p. 159).

Havia, ainda, outras formas de luta, resistência e estratégia entre os escravizados, elementos complementares ao quilombo. A formação familiar escrava era um dessas possíveis tendências. A título de exemplo, quando almejava o matrimônio, “além de sonhar com mais recursos, o escravo, ao casar-se, podia pensar em conseguir mais controle sobre sua economia doméstica” (SLENES, 2011, p. 193), onde adquiriam bens materiais e novas redes de sociabilidade.

Ao contrário da historiografia social sobre a escravidão mais contemporânea, porém, Sodré indicava no final dos anos 1970 que esses procedimentos não produziram impactos no âmbito social. Assim, nesse quadro transicional, “[...] a lei do ventre livre, cortando aos proprietários rurais a possibilidade de se valerem do crescimento vegetativo das massas escravas e, mais tarde, a abolição do trabalho escravo, liquidaram um dos elementos fundamentais da estrutura brasileira de produção” (SODRÉ, 1978, p. 45). De tal modo, o trabalho escravo passa a ser uma espécie de desafeto ao processo de acúmulo de capitais do

período imperialista³⁹. Como vemos, na visão deste historiador comunista, a classe dominante teria arquitetado o término da escravidão:

Abolição vinha corresponder a uma necessidade da própria classe de proprietários rurais. A Abolição não correspondeu, pois, a nenhuma alteração essencial na fisionomia da sociedade brasileira, de vez que não se refletiu na hierarquia social. Só teria tido condições efetivas de vigência, como transformação, se tivesse encontrado a sua complementação necessária na mudança do regime de propriedade. Para isso, entretanto, o país não estava preparado (SODRÉ, 1978, p. 46).

Diferentemente das colônias caribenhas e anglo-francesas, “o fim repentino do tráfico de escravos no Brasil exigiu ajustes, mas não pareceu colocar a instituição da escravidão em si sob qualquer ameaça econômica ou política imediata” (DRESCHER, 2011, p. 498) – a título de exemplo, durante a década de 1860, os produtos como o açúcar, o café e o algodão ainda estavam vigorosamente associados ao tráfico interprovincial de escravos no Brasil. Ou seja, mesmo com os primórdios do modelo republicano brasileiro (1889), os senhores de terras permaneceram com os mesmos privilégios jurídicos e fiscais⁴⁰ – basta repararmos no quesito da posse territorial e das riquezas acumuladas (SODRÉ, 1978). Na prática, esses homens brancos “já não são senhores de escravos, porém – e a transformação fundamental está na passagem do regime escravista para um regime latifundiário e feudal, em que o pequeno produtor sem posses está vinculado ao senhor de terras por laços não institucionais” (SODRÉ, 1978, p. 173). O autor salientava, embora não estar embasado em levantamentos empíricos, que uma parte significativa dos recém libertos permaneceu subordinada aos antigos senhores coloniais. De acordo com ele, era inegável que a mentalidade colonial brasileira compunha o projeto republicano do século XIX:

Para manter as relações antigas, herdadas dos tempos coloniais, torna-se necessário convencer os povos assim originados de que são incapazes, por diversos motivos, de enfrentar a etapa industrial; de que condições ecológicas os subordinam ao fornecimento de matérias-primas; de que a relação social existente é justa e representa uma avaliação exata da capacidade humana, em termos até de fisiologia. Daí os preconceitos que se desenvolvem: preconceitos de clima, – o clima tropical não se presta para as raças superiores e deve ser relegado às plantações de gêneros alimentícios e matérias-primas; preconceitos de raça, – a raça negra, que constitui a massa de trabalho, nas regiões de passado colonial, na América, é geneticamente

³⁹ Quando acontece esse momento de ruptura, “o negro e outras camadas não brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo” (MOURA, 2019, p. 94), verificando-se instrumentos contrários à mobilidade social dos negros.

⁴⁰ Atualmente, percebe-se que os estudos acerca da “branquitude” ocupam suma importância para o entendimento das relações étnico-raciais, principalmente no Brasil. Optamos por definir esse conceito como “[...] uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos” (ALMEIDA, 2019, p. 48), como produtos do colonialismo e do imperialismo.

destinada ao esforço físico e não tem habilitação para outra qualquer espécie de esforço; preconceitos de toda ordem: incapacidade das populações, inadaptação ao regime democrático, insuficiência orgânica para as técnicas avançadas, impossibilidade de capitalização, incapacidade para o esforço continuado, para a criação artística, para a originalidade, para a organização política (SODRÉ, 1978, p. 137).

No decorrer das páginas de *Introdução à revolução brasileira*, o autor evidencia o problema das questões de raça – diante do cenário nacional –, “[...] resumido em particular na situação do negro no conjunto da sociedade em que vivemos, precisa ser historicamente considerado através da transição de uma sociedade escravista e semifeudal para uma sociedade burguesa, que é aquela a que estamos assistindo evoluir” (SODRÉ, 1978, p. 157). Como consequência, logo depois do processo de abolição, “o problema que se coloca, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor” (CHALHOUB, 2012, p. 65). Isto posto, à medida que avança as transformações socioeconômicas e o prelúdio de uma ordem burguesa:

É preciso ressaltar que a formação do Brasil em face do trabalho escravo e na exploração de suas riquezas, teve como uma de suas resultantes o aparecimento de práticas racistas não apenas em seu contexto específico, mas também para os dias atuais. Com efeito, o Brasil pós-abolição, deveria ser repensado e reorganizado a fim de inseri-lo no quadro do capitalismo internacional. Segundo o discurso das elites, um país desenvolvido não poderia ser marcado por uma população negra e mestiça, ou com conflitos raciais que o desestabilizassem (SANTOS, 2015, p. 103).

No Brasil, com o período que vai de 1870 a 1930, “[...] o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento de diferenças sociais” (SCHWARCZ, 1993, p. 24), juntamente ao cenário de substituição da mão de obra escrava pela dos trabalhadores assalariados – sem contar a conservação daquela antiga hierarquia dos tempos coloniais, tal como no ponto de vista de Sodré (1978). É certo que a população negra já estava sendo extremamente reprimida e marginalizada, e a colonização brasileira é o maior exemplo desse tipo de exploração. Para evitar a inserção social dos negros, “o projeto de repressão à ociosidade de 1888 – elaborado pelo ministro Ferreira Viana – começou a ser apreciado na Câmara dos Deputados em julho, e sua discussão foi bastante marcada pelos ânimos ainda exaltados pelas repercussões da lei de 13 de julho” (CHALHOUB, 2012, p. 66). Na visão de Moura (2019), o racismo dessa elite política tinha como objetivo a consolidação da doutrina de repressão à ociosidade contra os libertos e, ao mesmo tempo, a promoção de uma nova ética do trabalho, porque:

Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (CHALHOUB, 2012, p. 69).

Em termos de metodologia e análise marxista, poucos anos depois da primeira publicação de *Introdução à revolução brasileira*, Florestan Fernandes publica o livro *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1964. Segundo este autor de esquerda, no Brasil o núcleo das questões de raça permanece inalterado e “isso significa, em outros termos, que se renovaram incessantemente, apesar das mudanças ocorridas em outras esferas da vida humana, as condições psicossociais e socioculturais que suportavam, morfológica ou funcionalmente, as antigas estruturas de relações raciais” (FERNANDES, 2021, p. 289).

Consequentemente, para Sodré, o principal resultado dessa escassez de alterações é a invenção de estereótipos raciais: “para nós, o negro constitui tema, assunto, pitoresco, derivativo. A pigmentação ainda classifica ou tende a classificar, e não importa, nesse sentido, que a legislação proíba ou esconda o problema” (SODRÉ, 1978, p. 60), ideia válida tanto no período colonial como na fase republicana⁴¹. Portanto, na visão deste autor, o racismo é uma marca deixada pelos costumes do colonialismo e pelas intervenções eurocêntricas, visto que:

O preconceito de raça e de cor do europeu é, pois, o mesmo do senhor de terras brasileiro; o preconceito sobre a inferioridade do mestiço, alardeado por doutrinadores estrangeiros, é o mesmo dos aristocratas nacionais; o preconceito da preguiça brasileira, da luxúria brasileira, da cobiça brasileira, que ornamentaram um livro típico, o *Retrato do Brasil*, – na verdade o retrato de uma classe, – é tanto dos viajantes europeus que nos visitam quanto dos ensaístas nacionais que nos interpretam; os preconceitos a respeito da adversidade do clima e das más condições do solo são veiculados não só em obras estrangeiras como naquelas escritas por patricios nossos, os preconceitos da incapacidade do povo para governar-se, da inaptidão da gente brasileira para formas democráticas de Estado, encontram guarida em estudiosos daqui e de fora, todos tocando a mesma música e orquestrando-se mutuamente (SODRÉ, 1978, p. 139).

Estabelecidos os critérios de julgamento a partir do dominador branco, o racismo “[...] tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (ALMEIDA, 2019, p. 23) – tanto direta quanto indiretamente. É nesse processo de choque cultural que “daí chegamos ao absurdo e à singularidade de apresentar, no Brasil, uma ciência do negro, uma arte do negro, cuidadosamente elaboradas por brancos” (SODRÉ, 1978, p. 161); a realidade

⁴¹ Ao longo do século passado “o preconceito, na ótica dos autores comunistas, era entendido como um fenômeno herdado do passado escravista e colonial do país, cujas estruturas e ideologias eram ainda predominantes” (CHADAREVIAN, 2012, p. 275), bem como no trabalho de Sodré (1978) ao associar o problema racial e os atrasos econômicos do Brasil.

demonstraria, na visão de Sodré, o contrário. Do ponto de vista histórico-estrutural, verifica-se que:

O choque consiste, precisamente, em que a realidade é outra, é contrastante, é negra, é eivada de sangue negro, e o negro está por toda parte, de tal sorte que sua presença, não podendo ser negada, tende a ser omitida, refugada para segundo plano, como se tal realidade correspondesse a um pecado original que tivéssemos de pagar a vida inteira (SODRÉ, 1978, p. 160).

Na concepção sodreana, para alcançarmos a verdadeira e concreta superação do racismo, “uma primeira etapa importante para vencê-lo seria, portanto, a realização de uma revolução burguesa e democrática, substituindo de vez a classe dominante feudalista latifundiária por outra, nacional e industrialista” (CHADAREVIAN, 2012, p. 275). Assim, possibilitar-se-ia, em tal caso, o panorama inicial da revolução socialista e, futuramente, a derrocada dos preconceitos raciais.

Se considerarmos os elementos do contextualismo social de Wood (1978), *Introdução à revolução brasileira* retrata, em parte, abraça o conjunto das disputas ideológicas no decurso das décadas de 1940 e 1950. No caso particular do Brasil, a intelectualidade marxista repetia essa enunciação do processo revolucionário como democrático e nacional, do qual “[...] se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação econômica e política, de enfrentar o latifúndio, para libertar as forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática” (SODRÉ, 1978, p. 246).

Aqui cabe a crítica do autor no período do lançamento de *Introdução à revolução brasileira*:

E legisladores caprichosos e interessados têm a iniciativa de projetos que proibam a recusa de hospedagem de negros nos hotéis elegantes. Esquecendo, e esquecendo conscientemente, que tais leis são inócuas no quadro atual, como serão supérfluas desde que a sociedade brasileira sofra as alterações que o desenvolvimento lhe impõe. Continuam os colégios a recusar alunos a que a cor concede o rótulo, hotéis a recusar tais hóspedes, casas de festa a pretextar carência de lugares quando se apresenta o caso. Mas persiste a proclamação ostensiva de que não existe problema de raças no Brasil, de que resolvemos tudo e vivemos, de há muito, sem atritos, nesse terreno (SODRÉ, 1978, p. 159-160).

Pela contextualização da produção historiográfica com os seus dilemas políticos (WOOD, 1978), Sodré (1978) relata, no trecho acima, os hábitos racistas da década de 1950. Alguns anos antes da primeira publicação de *Introdução à revolução brasileira*, “em julho de 1950, um hotel de São Paulo recusou-se a hospedar a mundialmente famosa dançarina norte-americana Katherine Dunham apenas pelo fato de ela ser negra, o que gerou enorme

repercussão não apenas no Brasil, mas também no exterior” (CAMPOS, 2015, p. 267), provocando a redação da primeira lei antidiscriminatória do país. Organizado pelo deputado Afonso Arinos de Melo Franco, o projeto de lei foi implementado em julho de 1951 e copiosamente divulgado pela imprensa daquele momento. Entretanto, mesmo com a promulgação de medidas antirracistas, o preconceito é “[...] velado e insidioso, e que, não obstante a Lei Afonso Arinos fosse digna de elogios, o problema do negro não se resolveria por meio de uma lei penal, mas por meio de medidas que elevassem o padrão socioeconômico dos negros” (CAMPOS, 2015, p. 270) – tal como a conclusão de Sodré (1978) a respeito do problema racial negro.

Como podemos ver, publicado pela primeira vez no ano de 1958, *Introdução à revolução brasileira* manifesta-se durante o auge das lutas anticoloniais – em outras palavras, no conjunto daqueles movimentos liderados por comunistas negros. Nelson Werneck Sodré presenciou essas lutas de libertação nacional. Já estabelecido como docente no ISEB, este historiador visualiza um painel com grandes marxistas que atuaram nessas lutas, como Agostinho Neto, Aimé Césaire, Amílcar Cabral, Frantz Fanon, Huey Newton, Kwame Nkrumah, Samora Machel e outros. Ao mesmo tempo, todo o racismo embutido na segregação racial norte-americana ganha projeção mundial. Com o aumento progressivo do racismo, o Partido dos Panteras Negras surge como uma alternativa revolucionária⁴². Paralelamente, os rudimentos do PCB sobre o problema racial estão de acordo com Sodré (1978). Na concepção dos pecebistas, “sendo a escravidão uma relação de produção, o negro rebelde tornava-se símbolo de luta para a coletividade dos trabalhadores no passado e no presente” (ROCHA, 2022, p. 257) e, portanto, essas interpretações da história do Brasil determinam que a questão racial negra é, antes de mais nada, uma questão de classes sociais.

2.2. A QUESTÃO RACIAL INDÍGENA

Do ponto de vista metodológico, em suas principais obras, Nelson Werneck Sodré visualiza as manifestações sociais e políticas através da luta de classes, bem como em Marx e Engels (2010). Em primeiro lugar, é preciso entender que “a história é para Nelson Werneck o fundamento de tudo em sua teoria. Para o intelectual, tudo deve ser entendido

⁴² Fundado em outubro de 1966, o Partido dos Panteras Negras assumia publicamente os preceitos revolucionários do marxismo-leninismo-maoísmo – sendo uma organização extremamente importante para a história do movimento negro comunista e da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos.

situacionalmente em seu contexto, tanto as ideias dos autores, como os conceitos” (CANNONE, 2017, p. 101)⁴³. Em segundo lugar, em termos históricos, Sodré (1978) detecta a questão racial indígena na disputa entre camadas sociais diametralmente opostas⁴⁴. Para ele, o progresso da economia colonial acompanha, por sua vez, o quadro das relações raciais, com o predomínio da desumanização dos sujeitos escravizados:

Aquí chegados, nos primeiros tempos, os colonizadores defrontaram uma população indígena com a qual entraram em choque desde o momento em que a terra lhes foi necessária para o estabelecimento da empresa a que se destinavam e que era a única que podiam levantar. A apropriação da terra, assim, corresponde à dizimação do elemento indígena, de tal sorte que este desaparece, em largas faixas do nosso território, seja pelo próprio morticínio, seja pela fuga. Esse quadro dominante, particularmente nas zonas em que, desde o início, a colonização alcançou sucesso econômico, isto é, onde ela conseguiu, muito cedo, começar a produzir bens comerciáveis, não fica desmentido pela circunstância de não se ter realizado em outras, que forneceram apenas a exceção. As relações entre brancos adventícios e indígenas firmaram-se na relatividade de posição em que se colocavam uns e outros: os primeiros como proprietários, os segundos como trabalhadores (SODRÉ, 1978, p. 146).

Durante a implantação do sistema colonial português, “a primeira tentativa de conseguir mão-de-obra para as plantações se deu através da escravização dos indígenas” (BUONICORE, 2009, p. 113); logo, nesse momento inicial, as populações autóctones forneciam a força de trabalho para a produção de mercadorias⁴⁵. Conseqüentemente, “na medida em que a empresa mercantil colonial se desenvolve, realiza-se intensa destruição cultural, quer do elemento indígena, inteiramente dizimado nas zonas em que a lavoura prospera, quer do elemento negro, relegado à condição de animal de trabalho” (SODRÉ, 1978, p. 18). No caso da colonização lusitana, “o índio foi o problema mais complexo que a colonização teve de enfrentar” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 94), tendo em vista o tráfico mercantil e o processo de expansão colonial. Na prática, as guerras entre as populações

⁴³ No livro *História e materialismo histórico no Brasil*, de 1985, Nelson Werneck Sodré apresenta a sua definição do conceito de “História”: “ela se ocupa dos fatos para, com eles, isto é, com o particular, compor o processo, isto é, o geral ou o universal. Trata-se, no fim de contas, de passar do concreto ao abstrato, da enumeração à linguagem conceitual” (SODRÉ, 1985, p. 40).

⁴⁴ É preciso esclarecer que, via de regra, o trabalho de Nelson Werneck Sodré (1978) confunde os limites conceituais entre raça e etnia, especialmente na questão indígena. Sobre a possível correspondência desses estudos antropológicos e historiográficos, em termos conceituais, a linguagem muda num intervalo mais lento do que as sequências de eventos que ela ajuda a promover e comprovar (KOSELLECK, 2020). Dessa maneira, infere-se que, provavelmente, Sodré não estava a par dos principais estudos e novidades acerca da antropologia histórica e cultural dos povos indígenas – diferentemente dos pressupostos de Darcy Ribeiro e Claude Lévi-Strauss ao decorrer das décadas de 1940 e 1950, por exemplo.

⁴⁵ Sobre a exploração dos indígenas para Nelson Werneck Sodré: “enquanto, nas zonas de agricultura de exportação, logo predominou a escravidão negra, a escravização do indígena caracterizou por longo tempo áreas pobres, como as regiões vicentina e maranhense” (FIGUEIREDO, 2004, p. 406). Conseqüentemente, pela avaliação deste autor, distingue-se, de um lado, os povos indígenas e, de outro, as relações de produção dos tempos coloniais.

indígenas e os colonizadores brancos perduraram até o século XIX (BUONICORE, 2009), com o desenvolvimento de mecanismos etnocidas⁴⁶:

Não existem cálculos exatos, ou mesmo aproximados, dignos de fé, sobre a população indígena do Brasil na época do descobrimento. Pode-se afirmar, por enquanto, sem medo de errar, que pelo menos dois terços da população desapareceram até a chegada dos nossos dias, seja pela miscigenação com os brancos, seja pela mortalidade imposta pelos colonizadores contra os indígenas, no desejo de conquistar escravos abrir os caminhos para as minas do interior (MARIÁTEGUI, 2022, p. 46).

Influenciado pelas leituras do marxista peruano José Carlos Mariátegui, Nelson Werneck Sodré (1978) certifica que as relações raciais acabaram sendo subordinadas ao problema da terra, sobretudo naquelas formas feudais de produção (de dependência). Deste ponto de vista, diante do caso brasileiro e latino-americano, o capitalismo não conseguiu produzir uma economia autônoma aos chamados “entraves feudais”. Segundo o autor peruano, levando em conta a questão racial, “a crítica marxista tem obrigação urgente de enunciá-lo em seus termos reais, desligando-o de distorção casuística ou pedante. Econômica, social e politicamente, o problema racial, como o da terra, é, em sua base, o da liquidação da feudalidade” (MARIÁTEGUI, 2022, p. 17), coincidindo com a luta socialista. Nesse contexto latino-americano, é perceptível as semelhanças entre os marxistas do século passado:

Nelson Werneck Sodré (1962) era admirador dos *Sete ensaios* (a edição utilizada por ele era a chilena, publicada em 1955) e usou a obra como referência para seu curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) sobre a formação histórica do Brasil (que começou a ministrar em 1956), curso esse que resultaria, mais tarde, em seu livro *Formação histórica do Brasil* (Cunha, 2002), de 1962. Nesse livro, ele citará os *Sete ensaios* extensamente em notas. Para alguns estudiosos do pensamento de Sodré, seu pioneirismo seria, até mesmo, ainda maior, já que ele teria fundamentado suas teses centrais em Mariátegui, teses essas incorporadas mais tarde no trabalho supracitado. Ele foi *possivelmente* o primeiro *marxista* brasileiro a utilizar obra de Mariátegui sistematicamente. É interessante salientar que Sodré, ao contrário de alguns intelectuais que haviam reivindicado Mariátegui anteriormente usando um viés culturalista, irá utilizar sua obra a partir de uma perspectiva *política* e historiográfica (PERICÁS, 2010, p. 341).

O capítulo intitulado “Evolução Racial”, publicado no livro *Introdução à revolução brasileira*, defende que, ao longo do tempo, a posse da terra esboçou o plano das relações raciais. Na visão do autor, o regime colonial brasileiro desmantelou o sistema de propriedade comum das terras indígenas e, portanto, “a substituição das relações existentes entre o

⁴⁶ Monsma (2016) entende o etnocídio a partir do extermínio cultural de populações não brancas. Para isso, historicamente, as condições de aculturação possibilitaram a destruição linguística e religiosa de grande parte das comunidades tracionais. Na situação brasileira, tendo como exemplo, “ou aconteceu o extermínio ou o esmagamento cultural, com a destruição de todos os valores que o indígena havia conseguido criar” (SODRÉ, 1978, p. 129).

primitivo habitante e a terra por relações do tipo escravista foi responsável pelo extermínio que se seguiu” (SODRÉ, 1978, p. 129), tendo em mente o período de substituição da mão de obra escrava indígena pela dos povos africanos⁴⁷. Ao que parece, o autor pressupõe uma perspectiva “evolucionista” sobre as populações nativas. Em outra passagem do livro, ele afirma que “a resistência dos primitivos habitantes da terra e dificuldades intercorrentes não constituem explicação suficiente para um desastre que representou a generalidade do quadro” (SODRÉ, 1978, p. 27); desse modo, é decisivo o fato de que “[...] toda linguagem é historicamente condicionada e toda história é linguisticamente condicionada” (KOSELLECK, 2020, p. 39), tanto social quanto politicamente.

Em comparação, é vital o caráter de classe da questão racial em Sodré (1978) e Mariátegui (2010; 2022). Neste ponto de vista, “a defesa da ‘comunidade’ indígena não repousa em princípios abstratos de justiça nem em considerações sentimentais e tradicionalistas, mas, sim, em razões concretas e práticas de ordem econômica e social⁴⁸” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 96). Para tais autores de esquerda, o regime de propriedade da terra determina o sistema político, num cenário em que “a raça indígena é uma raça de agricultores” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 70), bem como na compreensão de Sodré (1978). Visando a domesticação dos povos indígenas, menciona-se que:

A sociedade dominante no Brasil praticamente destruiu as populações indígenas que um dia foram majoritárias no país; essa mesma sociedade está às vésperas de completar o esmagamento dos descendentes africanos. As técnicas usadas têm sido diversas, conforme as circunstâncias, variando desde o mero uso das armas, às manipulações indiretas e sutis que uma hora se chama assimilação, outra hora aculturação ou miscigenação; outras vezes é o apelo à unidade nacional, à ação civilizadora, e assim por diante (MOURA, 2019, p. 131).

Como resultado direto dessa perseguição, os meios culturais das populações nativas foram gradativamente ocidentalizados – sobretudo através das missões jesuíticas, entre os séculos XVI e XVII (PRADO JÚNIOR, 2011). Por meio dos capítulos de *Introdução à revolução brasileira*, Nelson Werneck Sodré apresenta a seguinte tese: a estrutura político-econômica gerada com os primeiros tempos da colonização conseguiu durar muitos séculos e, coincidentemente, as transformações necessárias para uma nova sociedade acabaram, de certa

⁴⁷ A respeito do trabalho escravo no decorrer do século XVIII, apesar dessas contínuas mudanças dos indígenas pelas populações negras do continente africano, é importante lembrar “[...] que o elemento indígena prevalecia, ainda no terceiro quartel do século, sobre o elemento negro, na proporção aproximada de 3,6 para 1” (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 39), enquanto acontece a decadência das zonas de mineração.

⁴⁸ Em resumo, Mariátegui acredita que o feudalismo e a servidão são “expressões solidárias e consubstanciais, cuja análise nos conduz à conclusão de que não se pode liquidar a servidão que pesa sobre a raça indígena sem liquidar o latifúndio” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68), tendo sua origem, portanto, em deformações sociais e econômicas.

forma, intencionalmente evitadas. Na visão deste autor, a questão racial “[...] permite situar e compreender a transição em que vivemos do que é velho para o que é novo, do que é passado para o que é futuro, do que está morrendo para o que começa a viver” (SODRÉ, 1978, p. 143). De acordo com a percepção dialética entre aquilo que é novo e aquilo que é velho⁴⁹, Sodré (1978) denota a busca pela produção e, posteriormente, a urgência em consolidar uma identidade verdadeiramente nacional, especialmente no processo de Independência (1822). É nessa averiguação da elite por algo autêntico que “valoriza-se o índio porque o preconceito proíbe valorizar o negro” (SODRÉ, 1978, p. 155), melhor dizendo, na época dos tais costumes burgueses e do romantismo (na literatura).

Assim, o discurso sodreano pode ser compreendido como algo incontornável para uma leitura das particularidades raciais feita através da construção intelectual brasileira, tendo em mente que “o processo de escravidão na formação brasileira apareceu com destaque na obra do autor, bem com o papel que a população negra, indígena e as locais tiveram na construção de uma identidade nacional” (MARTINS; DE SOUZA, 2020, p. 135), e no conjunto da integração territorial e cultural.

Sodré ainda compreende como a questão racial indígena tem suas contradições: “[...] saber como o romantismo brasileiro se travestiu de indianismo, e saber por que o índio se tornou a figura central da ficção e da poesia romântica. Nem um nem outro traço resultaram de mera coincidência” (SODRÉ, 1978, p. 129). Em primeiro lugar, o romantismo brasileiro emerge na segunda metade do século XIX, com os textos de Gonçalves Dias e José de Alencar⁵⁰. Durante o Segundo Reinado (1840-1899), os debates acerca da identidade nacional eram inevitáveis, sendo uma das principais tarefas empreendidas pelos intelectuais e artistas (VELOSO; MADEIRA, 1999).

Naquele momento, a questão nacional buscava os “[...] valores que pudessem dar sustentação a essa identidade: *a natureza, o índio, a idealização de um passado heroico*

⁴⁹ Segundo o militar e historiador de esquerda, a definição do conceito de “nacionalismo” é, antes de tudo, uma questão militante, diferentemente da ideia burguesa do século XIX. Nelson Werneck Sodré argumenta que o nacionalismo está dado com a tomada de consciência das classes populares, apresentando-se, assim, como um fator de libertação. Na concepção apresentada em *Introdução à revolução brasileira*, o nacionalismo é a necessidade popular para com os interesses da classe trabalhadora, daqueles que constituem as camadas populares, em que “[...] corresponde ao que nos impulsiona para a frente e rompe com o que nos entrava e entorpece” (SODRÉ, 1978, p. 183), eminente ao quadro histórico do século XX. Verdade seja dita, essa conceitualização demonstra que “a ‘questão nacional’, como os velhos marxistas a chamavam, está situada na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social” (HOBSBAWM, 2020, p. 19).

⁵⁰ Em termos literários, devemos elucubrar Alencar como um dos principais nomes do romantismo brasileiro, sem contar que os seus recursos e deficiências “[...] constituíram uma carga de excesso pitoresco, uma deformação natural no processo literário, um exagero, uma perturbação propositada da realidade, falsa sem dúvida e por isso mesmo desvaliosa e não representativa” (SODRÉ, 1978, p. 155).

mostram como as imagens brasileiras, geradas ao longo do século XIX, podem ser compreendidas como cristalizações ou objetivações desse ideário” (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 62). Percebemos, assim, a ideologia nativista como uma expressão do nacionalismo da época. Na perspectiva de Sodré:

A valorização do índio representava uma ideia cara à burguesia em ascensão. Do ângulo interno, ela correspondia inteiramente ao quadro das relações sociais dominantes, as escravistas. Teria sido um contrassenso, realmente, que o elemento valorizado fosse o negro. No quadro daquelas relações, que subsistem intocadas, o negro fornecia o trabalho, colocava-se no extremo inferior da escala social. Não foi mera coincidência, ainda, que Alencar, a figura máxima do indianismo, o fundador do romance brasileiro, tivesse sido escravocrata. A afinidade entre o romance, gênero novo, valorizando o índio, e o mundo dos leitores da época, num meio em que a criação artística era ainda tão menosprezada, mostra que a mencionada valorização ia de encontro aos desejos, aos sentimentos, ao conteúdo emocional daqueles leitores. Tais leitores pertenciam à classe dotada de entendimento intelectual, à classe que dominava a sociedade. Não podendo valorizar o negro, o que lhe retiraria qualquer possibilidade de êxito, e colocando-se, no plano do nativismo, contra o colonizador, que havia sido despojado de seus domínios, a ficção romântica só podia tomar o índio como elemento próprio para as suas criações (SODRÉ, 1978, p. 130-1).

Em segundo lugar, é essencial (re)lembrar que, ao longo do século XIX, as interpretações do Brasil vieram “[...] dos ideais europeus, absorvidos de acordo com os interesses dos grupos sociais que disputavam a posição hegemônica na condução da política do Estado e na formulação de ideologias consideradas necessárias à organização da sociedade nacional” (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 72).

Em *Introdução à revolução brasileira*, no capítulo “Evolução da Cultura”, Sodré percebe a valorização do índio como um meio para representar a nação, sendo um programa literário e político da “[...] sociedade dos senhores territoriais, de trabalho servil, em que apenas se esboça a classe intermediária. Nesse sentido, corresponde plenamente aos traços específicos daquela sociedade. É a sua criação por excelência” (SODRÉ, 1978, p. 131), com o indianismo gerando um sentido de pertencimento. Pelo ponto de vista dos indianistas e dos escravocratas, “ser brasileiro, entretanto, para tais elementos, era ser índio, aparentado com índio, descendente de índio. Quando a realidade estava precisamente em que ser brasileiro era ser negro, mulato, aparentado com negro, descendente de negro” (SODRÉ, 1978, p. 153) – pois, sob hipótese alguma, os brancos aceitariam a presença do negro.

Por último, Nelson Werneck Sodré (1978) denota a questão racial indígena como produto do colonialismo e do nacionalismo. É bastante pertinente que ele tenha escrito *Introdução à revolução brasileira* na passagem dos anos 1950 para os 1960, durante a urbanização do país – levando em consideração que, neste período do último século, as

comunidades nativas percebiam os riscos da assimilação ao “mundo dos brancos” (SKIDMORE, 2010). Do ponto de vista que nos interessa metodologicamente, convém acrescentar que, em suas produções bibliográficas, a questão racial indígena não era o verdadeiro foco dos trabalhos de Sodré; muito pelo contrário.

Com a publicação de *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, de 1952, por exemplo, Florestan Fernandes exterioriza o problema do choque cultural oriundo da guerra, tendo em vista a situação dos povos tupinambás. Diferentemente da abordagem de Fernandes (2022), Sodré (1978) generaliza as populações indígenas como massas homogêneas; desta maneira, provavelmente de forma involuntária, ele nem sequer coloca as diferenças culturais e linguísticas⁵¹ ou comenta a respeito do preconceito racial contra os povos indígenas nos acontecimentos do século XX. Então, na prática, Nelson Werneck Sodré sobrepõe o componente da questão racial negra e abandona, em parte, os sujeitos das demais raças.

2.3. A QUESTÃO RACIAL BRANCA

Como vimos anteriormente, na medida em que a empresa mercantil colonial se desenvolveu, o tráfico negreiro, já em plena vigência, providenciou a expansão de novos mercados. Nesse alvorecer brasileiro dos séculos XVI e XVII, a pigmentação é um dos principais fatores que justifica as relações de produção e “surge, assim, a estrutura econômica que enquadra as relações humanas e de raça: os brancos como donos da riqueza, usufruindo do trabalho escravo dos negros” (SODRÉ, 1978, p. 147). Em outras palavras, os brancos não precisavam exercer o trabalho físico, diferentemente dos negros africanos. Do ponto de vista que nos interessa, é relevante notar um fato: ao longo de *Introdução à revolução brasileira*, o autor coloca o problema das relações de raça como um produto do modo de produção predominante. Ao mesmo tempo, a estrutura social acaba sendo condicionada por fatores internos e externos e, logo, o mercantilismo colonial estabelece divisões raciais e de trabalho:

Mas a intercorrência de uma circunstância singular vai concorrer para como que colorir o quadro que se esboça: os escravos eram negros, isto é, traziam uma exterioridade diferente: a pigmentação. Poderiam ter sido escravos de outra cor, poderiam mesmo ter tido a cor igual à dos proprietários. Isso não alteraria a relação social. A circunstância, entretanto, é muito importante pelas suas consequências: tudo o que está por baixo, socialmente, é negro; tudo o que está por cima é branco.

⁵¹ Além de todas essas complicações, “se Sodré, por um lado, se distancia da visão por vezes estereotipada e mecânica das relações raciais de Prado Jr., ele não é capaz, por outro lado, de descrever com profundidade as implicações sistêmicas do racismo na economia brasileira” (CHADAREVIAN, 2012, p. 276), em função das limitações epistemológicas do modelo pecebista, conforme o artigo indicado.

O rótulo da cor começa a funcionar, com os seus poderosos e generalizados efeitos. Nesse sentido, devemos considerar bem como, muito tempo depois de ficar libertado da escravidão, o negro permaneceu submetido à violência dos preconceitos, rotulado que estava. E ainda é indispensável considerar, nessa apreciação, um aspecto que tem sido propositadamente omitido: o negro continua a fornecer, puro ou mestiçado, o grosso da massa de trabalho, em nosso país. Se isolarmos uma consideração da outra, correremos o risco de cuidar erradamente o problema: relações de raça jamais podem isolar-se de relações de classe (SODRÉ, 1978, p. 147).

Se analisarmos o enfoque da citação acima, o rótulo da cor é uma herança direta do colonialismo e do imperialismo – isto é, tais ideologias revelam a presença de classes dominantes que rejeitam as formas mais rudimentares de democracia. Pela compreensão de Sodré (1978), a ideologia do colonialismo, justificat ria da explora o econômica, devia corroborar que as pessoas negras estavam comprometidas ao trabalho, e apenas ao trabalho.

Sem d vida, O Brasil possui uma estrutura de produ o que condena negros e pardos aos interesses da classe dominante, beneficiária dessa explora o desenfreada. Para isso, a justific o desses conceitos protegia tanto o capitalismo externo quanto os senhores de terras do regime latifundiário (SODRÉ, 1978), visto que o país seria governado por essas elites regionais de homens brancos. Conforme a visão de Florestan Fernandes, que como já mencionamos também estudou as rela es raciais e o marxismo, “no Brasil, a própria escravidão e as limita es que pesavam sobre o *status* do liberto convertiam a ordem escravista e a domina o senhorial em fatores de estratifica o social” (FERNANDES, 2007, p. 44), visto que a estrutura de produ o e as posi es sociais permaneceram, em linhas gerais, inalteradas durante toda a fase colonial.

Contudo, de acordo com Sodré (1978),   preciso evocar o fen meno da miscigena o quando se trata da questão racial branca, principalmente no caso brasileiro:

A miscigena o teria sido colocada em outros termos, ainda, mesmo considerando o caso de brancos e negros, quando a particularidade do rótulo permanecia indelével, pelo menos nos primeiros intercursos, se nela não estivesse inevitavelmente contida a questão de classe.   impossível esquecer que os cruzamentos entre brancos e negros, nos países de forma o colonial, processaram-se entre brancos de uma classe, a classe dominante, e negros de outra classe, a classe dominada, fossem os seus elementos escravos ou fossem livres, desde que, conforme já lembramos, o negro permaneceu, em conjunto, na classe que fornece o trabalho (SODRÉ, 1978, p. 149).

Aqui se considera que, de maneira geral, o problema da miscigena o det m características particulares “[...] que não aparecem em outros exemplos, que só se tornam possíveis entre nós, que são oriundos da própria forma o brasileira, e que devem ser entendidos e situados no quadro em que viveram e vivem” (SODRÉ, 1978, p. 145). Como consequência dessa estratifica o escravista, “[...] tomou-se a miscigena o como  ndice de

integração social e como sintoma, ao mesmo tempo, de fusão e de igualdade raciais” (FERNANDES, 2007, p. 44), daí o paradoxo curioso. Segundo Fernandes (2007), durante séculos, a miscigenação serviu para ampliar a massa de trabalhadores escravos e os estratos médios da sociedade, e não para fomentar algum tipo de igualdade racial entre brancos e pardos. Assim, vinculada à escravidão e à dominação senhorial, a miscigenação racial brasileira descende da ordem social colonial, posto que:

[...] convém lembrar que nenhuma outra apresenta um quadro histórico tão longo de miscigenação, um exemplo tão eloquente de como a miscigenação, em que o elemento negro foi preponderante, representando uma espécie de solução biológica, alterou as características sociais do problema confundindo a muitos e gerando, no decorrer do tempo, formas especiais de defesa, por parte da raça dominante na sociedade, formas traduzidas, ostensiva ou veladamente, em preconceitos, posições e até mesmo em cabedal pretensamente científico (SODRÉ, 1978, p. 145).

No caso da miscigenação brasileira, constata-se os paralelismos com a obra de Caio Prado Júnior (2011), por exemplo. Este historiador corrobora que “na mestiçagem do branco, muito mais numerosa, repito, com o negro, podemos observar um fato que conduz a uma regra bastante geral. Difundida por toda a população, ela se atenua à medida que ascendemos a escala social” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 115), assim como defende Sodré (1978). Mesmo com o fim do sistema colonial brasileiro, na primeira metade do século XIX, o plano das relações de raça permaneceu o mesmo.

Certamente, para o autor acima, o racismo brasileiro sempre foi versátil e “dizer, depois disso, que constituímos um exemplo de solução do problema das relações de raça, que a miscigenação suavizou ou resolveu a distância entre brancos e negros, parece uma ironia” (SODRÉ, 1978, p. 158), sobretudo no impasse da dominação patriarcal branca contra a mulher negra. Do ponto de vista histórico, o sistema escravista fortaleceu a supremacia masculina branca (DAVIS, 2016); na prática, o comportamento dos senhores em relação às escravas era baseado em outros tipos de opressão, como o abuso sexual, a título de exemplo:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 20).

Sodré (1978) ressalta que o fenômeno da miscigenação brasileira aconteceu entre brancos de uma classe – os proprietários dos meios de produção⁵² – e negros de outra – os trabalhadores explorados. Com a segunda metade do século XIX, “o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição” (SCHWARCZ, 1993, p. 16), visando assim o embranquecimento populacional. Neste período, de acordo com Buonicore (2009), de forma geral, a crença no branqueamento comportava duas grandes vertentes: a primeira, racista-segregacionista, rejeitava qualquer tipo de cruzamento racial; a segunda, corroborada pela miscigenação, endossava o término do chamado problema negro⁵³.

No decorrer do último quartel do século XIX, “o trabalho escravo encontra finalmente um sucedâneo no trabalho livre, mas no trabalho livre proporcionado pelos imigrantes europeus” (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 58), num momento de propagação das lavouras de café paulistas. Sob este aspecto racial, Sodré (1978) e Bastide e Fernandes (2008) reconhecem o aumento gradativo de imigrantes brancos por conta da desintegração do regime escravocrata e servil. Com a chegada de grandes levas de europeus no final da década de 1880, é preciso denotar que:

As entradas de imigrantes constituem uma indicação, por si só, de alteração substancial na estrutura econômica do país. No quadro antigo, ela teria sido impossível. Das tentativas isoladas e precárias, da parceria de Vergueiro ao quadro dos cafezais de colonos, o desenvolvimento é contínuo. Na medida em que se restringem as possibilidades do trabalho escravo, na medida em que ele se incompatibiliza com o sistema trazido pelo avanço dos cafezais e com todos os índices da produção, abrem-se melhores perspectivas para o trabalho livre, e particularmente para o trabalho de estrangeiros. O panorama brasileiro não é dos mais favoráveis a um desenvolvimento extraordinário das correntes migratórias, entretanto (SODRÉ, 1978, p. 97).

À primeira vista, é comum declarar que o principal intuito da imigração era o branqueamento racial. Porém, de maneira contrária, Sodré (1978) analisa as correntes migratórias pelo aspecto da generalização do regime de trabalho assalariado. Para ele, os imigrantes são importantes, de fato, “[...] não porque sejam filhos e netos de louros dolicocéfalos, mas porque sejam filhos e netos de trabalhadores livres. Proporcionam, pois, um considerável alargamento no campo do trabalho remunerado, porque têm nível cultural

⁵² Diante da condição dos negros em face dos brancos, “[...] e aqui branco significa um conceito mais social do que racial, de tal sorte que o problema tende a ser colocado em termos muito diversos” (SODRÉ, 1978, p. 161), se dá a importância da contextualização e da interseccionalidade dos conceitos (raça e classe), tal qual em Koselleck (2020).

⁵³ A segunda alternativa, “pelo contrário, tendia a ser mais otimista em relação às possibilidades futuras do país, enquanto integrante da civilização ocidental e cristã” (BUONICORE, 2009, p. 215), com a ideia de que a miscigenação não levaria à construção de um povo de pele escura, e sim aos padrões raciais da Europa.

melhor e porque têm necessidades mais amplas” (SODRÉ, 1978, p. 98). Sendo assim, o migrante se destinaria às zonas já alteradas do pós-abolição⁵⁴.

A partir desta elaboração teórica, esses europeus não estariam habilitados à lavoura açucareira nordestina – porquanto, na região, o trabalho livre era o menor possível (SODRÉ, 1978). Em conformidade com Monsma (2016), São Paulo e Cuba receberam muitos imigrantes europeus no pós-abolição. Verdade seja dita, “em ambos contextos, havia certa tensão entre elites do Estado, que queriam usar a migração para branquear a população, e fazendeiros desesperados por trabalhadores, que teriam aceitado imigrantes de qualquer cor” (MONSMA, 2016, p. 79), causando disparidades raciais ainda maiores⁵⁵.

Portanto, em suma, verifica-se o seguinte: “um problema evidente com a tese da ‘imigração para branquear a população’ é que o programa paulista de imigração subvencionada foi decidido não pelos intelectuais, mas pelos fazendeiros de café, que tinham peso decisivo na política desse estado” (MONSMA, 2016, p. 81). Em outras palavras, a questão racial dos imigrantes brancos concerne ao quadro econômico vigente, assim como em Sodré (1978).

Com o crescimento das atividades urbanas e a integração do negro na sociedade de classes, a estrutura brasileira de produção deixou certos elementos à margem, visto que não havia condições plenas o suficiente para a transferência dos libertos ao sistema assalariado (SODRÉ, 1979). Dessa forma, na década de 1890, os contrastes antigos permaneceram, em essência, estritamente coloniais. Os privilégios da elite branca estavam protegidos, diga-se de passagem. Para o autor de *Introdução à revolução brasileira*, é neste contexto social que os “mulatos” ganham um protagonismo ainda maior, “[...] daí resultando o aparecimento e o avultamento de uma camada oscilante, que flutua entre o campo e a cidade, sem encontrar lugar definido ou definitivo, representando elemento parasitário ponderável” (SODRÉ, 1978, p. 77), onde tal vulnerabilidade produz a lenda da preguiça brasileira, ou da preguiça dos mestiços, de acordo com este historiador e militar marxista.

⁵⁴ Dentre os estudos que abordam o tema da miscigenação brasileira, a posição adotada por Sodré (1978) não parece ser predominante. Em *O genocídio do negro brasileiro*, de 1978, Abdias Nascimento explica que as políticas de embranquecimento populacional tinham como finalidade, em essência, o controle do povo negro. Com isso, durante os anos finais da escravidão, os arranjos racistas da política imigratória visavam embranquecer a nação, ou seja, “a assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano” (NASCIMENTO, 2016, p. 85), ao passo que o processo de assimilação e/ou de aculturação restringia a mobilidade social.

⁵⁵ Não obstante, deve-se tomar cuidado: além dos desejos dessas elites locais, o debate sobre a imigração europeia para São Paulo e os estados do Sul incide na própria historiografia tradicional, que tende a esquecer os relatos das pessoas comuns (MONSMA, 2016).

Oriundos da miscigenação, os pardos “[...] eram socializados para serem e agirem como ‘brancos’, o que eles eram, de fato, social, jurídica e politicamente falando” (FERNANDES, 2007, p. 44), e daí a ideia de que existe uma democracia racial no Brasil. No texto de Sodré, tal mito é uma deturpação criada no mundo colonial, “[...] como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das ‘grandes famílias’ – ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do mulato” (FERNANDES, 2007, p. 43) e, ao mesmo tempo, do ponto de vista da hierarquia social, a miscigenação seria uma espécie de manifestação da “benevolência branca”. Em *Introdução à revolução brasileira*, é através da crítica dessas relações étnico-raciais que:

No quadro, é importante destacar ainda, como fator subsidiário, que o componente negro dos cruzamentos era feminino, em maioria esmagadora dos casos, e sabemos bem que um dos traços mais nítidos da sociedade que começou a vigorar na época moderna foi o da submissão da mulher, de seu papel secundário, do plano inferior em que foi colocada. A característica de diferença de classe entre os componentes do cruzamento é transparente no panorama dos preconceitos de restrição e de tolerância da sociedade brasileira, perfeitamente perceptíveis até bem pouco, quando as ligações extralegais do *pater familias* com as escravas ou libertas, de que resultavam descendentes, eram por assim dizer normais, revestidas de conformismo, mesmo da parte da esposa. Tal não aconteceria, porém, se a tais descendentes coubessem direitos, isto é, se eles concorressem nas heranças e partilhas. Jamais acudiria ao espírito de um branco colocar os seus descendentes brancos no mesmo nível dos seus descendentes mulatos. Estes permaneciam na classe a que pertencia o componente negro, a escrava, a liberta, a mucama, a mulata. Afirmar, pois, que a miscigenação suavizou as relações de raça e de classe no Brasil é uma falsidade transparente, sem nenhuma significação objetiva (SODRÉ, 1978, p. 150).

A argumentação acima mostra certas críticas endereçadas ao trabalho de Gilberto Freyre. Levando em consideração as páginas de *Casa-Grande & Senzala*, publicado pela primeira vez em 1933, os elementos centrais da análise freyreana são as vinculações entre o privado e a família. Na realidade, podemos dizer que “a partir dos relacionamentos homem-mulher, marido-esposa, pai-filhos, mãe-filhas, ele descreve tudo em termos de inter-relação, o que descortina uma interessante narrativa sobre o Brasil, do ponto de vista da família” (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 156), tendo em mente a hegemonia da ordem privada sobre a ordem pública.

Em primeiro lugar, devemos deixar claro que Sodré (1978) não menciona trechos e/ou passagens das obras de Gilberto Freyre. No entanto, o fato é que *Introdução à revolução brasileira* elabora uma série de pareceres à formação social brasileira – principalmente quando se trata da miscigenação e, conseqüentemente, dos tais aparatos ideológicos da democracia racial. Nesta trama das primeiras décadas do século XX, é indiscutível que as produções de Gilberto Freyre personificaram as leituras paternalistas e tradicionalistas das

relações raciais (FERNANDES, 2021). Sodré (1978) repudia veementemente esse imaginário pacífico da miscigenação brasileira – haja vista a violência sexual contra as mulheres negras, tanto escravizadas quanto libertas. Sobre o pensamento de intelectuais como Gilberto Freyre, é suficientemente compreensível, portanto, a quem se direciona o conteúdo da sua crítica:

E existe uma sociologia das exterioridades, profundamente preocupada com os detalhes, com a cor das gravatas, com a forma dos bigodes, com os beirais das casas, e que, em relação ao negro, numa atitude falsamente renovadora, proclamando-se liberal e avançada, cuida seriamente dos doces, da roupa das vendedoras de rua, dos seus toucados, das pequenas peças de cerâmica, rigorosa e psicanaliticamente analisadas, das pesquisas estatísticas a respeito de negros escravos e de negros doutores. Revistas ilustradas e até revistas especializadas, monografias, filmes de cinema, congressos ditos afro-brasileiros, ensaios, e até longos estudos aparecem, focalizando o pitoresco, o anormal, o excepcional do negro (SODRÉ, 1978, p. 159).

Em segundo lugar, como sublinha o autor, essas discussões sociológicas não tocam no cerne da questão racial brasileira: o mito da superioridade branca sobre as outras raças. No caso brasileiro, ao longo da primeira metade do século XX, “o ‘branco’ preservava ciosa e ferrenhamente a posição ativa e dominante da polarização senhorial. Enquanto o ‘negro’ se conservava (ou era mantido) na posição subordinada correspondente, como se ainda fosse despido da condição civil de pessoa” (FERNANDES, 2021, p. 299), em simultâneo ao enaltecimento da democracia racial. Nessa situação, em conformidade com o autor de *Introdução à revolução brasileira*, o desinteresse pelo debate racial “[...] corresponde a um desejo de distanciamento, em relação ao negro, a uma afirmação de brancura, a um auto-atestado de *arianização*⁵⁶, para usar uma palavra que mereceu tanto esforço de realce” (SODRÉ, 1978, p. 158). Desse modo, numa sociedade com princípios escravistas, a manutenção do privilégio branco se legitimaria pelo direito à propriedade privada dos meios de produção.

Para os marxistas do último século, a superação do problema racial dependia da revolução brasileira. Em 1958, no ano de lançamento da obra *Introdução à revolução brasileira*, o pensamento de Nelson Werneck Sodré depreendia que à medida em que alcançamos cada um dos estágios que antecedem o apogeu da transformação estrutural e

⁵⁶ Conforme Buonicore (2009), essa ideia de “arianização” do Brasil surge com as teses racistas de Oliveira Vianna. Segundo este autor eugenista, o país deveria ser conduzido pela vontade dos brancos, onde ele “[...] lançou a tese de que os bandeirantes paulistas eram perfeitos arianos: altos, fortes, loiros e de olhos claros” (BUONICORE, 2009, p. 213). Com base numa interpretação anacrônica e racista, as populações negras e indígenas não possuíam essas características necessárias ao futuro da nação. Por conta dessas ideias pseudocientíficas, “assim, a apologia da raça ariana foi acompanhada pelo desprezo quase genocida pelas camadas populares compostas por não-brancos” (BUONICORE, 2009, p. 214) – daí o uso dessa terminologia por parte de Sodré (1978).

revolucionária, “[...] as relações de raça tenderão a alterar-se em seus fundamentos. Até um instante em que ser negro, ou mestiço, entre nós, constitua uma circunstância, como a de ser mineiro, baiano, catarinense, inteiramente despida de significação classificadora” (SODRÉ, 1978, p. 161) – em outras palavras, uma condição comum e livre de preconceitos raciais.

Imbuído pelas lutas antirracistas e anticoloniais das décadas de 1950 e 1960, a primazia do branco aparece, ao decorrer de Sodré (1978), através do prisma da construção social. Sob a influência teórica do materialismo histórico, “características físicas ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas” (ALMEIDA, 2019, p. 49), seja no passado colonial, seja no presente republicano.

Em linhas gerais, o segundo capítulo desta pesquisa apresentou as sinuosidades da questão racial nacional para Nelson Werneck Sodré, tendo em vista o livro *Introdução à revolução brasileira*, de 1958. Queremos destacar aqui, a importância da metodologia marxista-leninista para o autor – veementemente baseada na análise crítica dos processos históricos e materiais de formação social. Como vimos durante o texto, é pela premissa do desenvolvimento econômico que Sodré interpreta o problema das raças. Por consequência, o racismo brasileiro era tido, “[...] assim, como um elemento adicional que caracteriza a estrutura semifeudal prevalecente no país, na medida em que os trabalhadores negros e os indígenas estariam submetidos a um regime de trabalho arcaico, ‘escravista’ sem direito à terra nem à organização política” (CHADAREVIAN, 2012, p. 258), da mesma maneira que a percepção do PCB entre 1922 e 1964.

Na última sessão do seu livro, Sodré coloca a particularidade da pigmentação negra como o elemento chave da sociedade racialmente hierarquizada. Daí se infere que – como produto da sociedade colonial e do imperialismo moderno –, o estatuto racial brasileiro provém da divisão social do trabalho. Assim, consideramos que a leitura de Sodré (1978) sugere uma história da branquitude brasileira, onde “o problema do negro não se desfaz no problema dos negros vivendo entre os brancos, mas sim no problema dos negros sendo explorados, escravizados, desprezados por uma sociedade capitalista, colonialista, acidentalmente branca” (FANON, 2020, p. 212), sendo o desafio da revolução brasileira notar as relações existentes entre raça e classe.

CONCLUSÃO

Como vimos anteriormente, *Introdução à revolução brasileira* (1958) é a obra que inaugura a teoria do Brasil de Nelson Werneck Sodré. Entre os anos de 1958 e 1964, este pensador marxista procurou analisar a realidade nacional e as suas especificidades, logo recorrendo ao método histórico-dial tico para tal esforço intelectual. Neste sentido, a compreensão de Sodré (1978) sobre o processo revolucionário nacional “[...] nunca foi imediatista e sim associada a uma etapa inicial e decorrente da constru o de uma na o democrática, soberana e independente, cuja tarefa necessária premente era, concretamente, a necessidade de criar condi es para superar nossas debilidades neocoloniais” (CUNHA, 2002, p. 254) e, ao mesmo tempo, possibilitar a suplant o inicial dessas estruturas de (re)produ o do racismo. Concretamente, o historiador já enxergava as correla es entre os resquícios coloniais e a questão racial na contemporaneidade – haja vista que tanto o latifúndio (nacional) quanto o imperialismo (internacional) acabaram sendo os principais elementos que intensificaram a explora o da força de trabalho do proletariado negro, pardo e indígena.

Ao longo do primeiro capítulo deste trabalho, retomamos alguns dos aspectos mais importantes da vida e obra sodreana. De acordo com Cunha (2002) e Netto (2011),   no transcorrer dos anos 1940 que Nelson Werneck Sodré define o seu perfil intelectual, rotacionando   esquerda do espectro político-ideol gico⁵⁷. Além disso, durante a década de 1950, vale têm também ressaltar que “no caso de Nelson Werneck Sodré, a principal rede de sociabilidade era o instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Nele o autor reivindicava uma identidade, disputava-a ideologicamente e praticava através dos cursos, grupos de estudo e de trabalho e livros publicados pelo autor” (CONTE, 2010, p. 22)⁵⁸, viabilizando, conseqüentemente, os seus primeiros esboços e ensaios do livro *Introdu o   revolu o*

⁵⁷ Naquele contexto,   preciso (re)lembrar que o mundo estava acompanhando atentamente a derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial e o fortalecimento do campo socialista, representado   época pela URSS. J  no cenário brasileiro, presenci vamos “[...] a polariza o exercida, depois de 1943, pelas forças democráticas, que determinaram a crise do Estado Novo e o giro político de Vargas, interrompido pela interven o golpista conservadora (outubro de 1945)” (NETTO, 2011, p. 28), sendo o mesmo período de expansão do PCB.

⁵⁸ Sobre a passagem de Sodré pelos corredores do ISEB, Toledo (2001) parece divergir de Conte (2010). Cabe notar que “enquanto os outros isebianos frequentemente citavam uns aos outros, Sodré nunca se referia aos trabalhos de seus colegas; da mesma forma, estes nunca citavam suas obras. Era o comunista ortodoxo de plantão da institui o” (TOLEDO, 2001, p. 49), o que mostra certa “intransigência” entre os membros da institui o mencionada.

brasileira. Posteriormente, em 1964, a experiência de Sodré como docente no ISEB é bruscamente interrompida pelo golpe civil-militar⁵⁹, na medida em que:

De posições retas, claras e polêmicas, Nelson Werneck Sodré nunca transigiu com a ditadura militar, sendo, pois, severamente punido por ela, em virtude de suas posições democráticas e nacionalistas, publicamente defendidas no interior das Forças Armadas e no exercício de sua intensa atividade intelectual, dentro e fora do ISEB (TOLEDO, 2001, p. 53).

No segundo tópico do primeiro capítulo, observamos as posições de Sodré enquanto militante do PCB. Cunha (2002) afirma que o historiador e militar de esquerda passou a se organizar neste partido político entre os anos de 1942 e 1944. Contudo, Sodré jamais reconheceu publicamente tal envolvimento e “[...] nunca se identificou com as posturas sectárias e estreitas que o PCB assumiu no período que vai das cassações do seu registro partidário (maio de 1947) ao enunciado da sua nova política (“Declaração de Março”, 1958)” (NETTO, 2011, p. 25-26). Na verdade, as constatações de Sodré e do PCB confluíram em muitos momentos – principalmente ao decorrer da década de 1950 –, uma vez que ambos apoiavam as parcelas intermediárias da burguesia brasileira e seus “[...] interesses objetivamente nacionais, enfatizando a necessidade de se constituir uma sólida e ampla frente antifeudal e anti-imperialista, onde a burguesia nacional teria presença indispensável, ao lado do proletariado, do campesinato e da pesquisa-burguesia” (TOLEDO, 2001, p. 52). Embora houvesse discordâncias, de forma geral, para o bem e para o mal, Sodré parece ter sido um expoente fundamental ao debate programático do PCB.

O segundo capítulo deste texto promoveu uma análise da questão racial a partir de *Introdução à revolução brasileira* (1958). No primeiro subcapítulo, abordamos as passagens de Sodré (1978) sobre o papel da população negra na formação social do país. Para ele, em suma, os problemas de classe permanecem confundidos com os problemas de raça –, especialmente no caso brasileiro. Em consequência, “como ocorreu em todos os países modernos em que a escravidão esteve ligada à exploração colonial e ao sistema de plantação, a sociedade brasileira enfrentou grandes dificuldades na difusão e na integração da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2007, p. 83). É necessário assinalar também que, para Sodré (1978), a libertação nacional perpassa pela problemática do negro, melhor dizendo, pela superação das estruturas racializantes e subdesenvolvidas. Ademais, pela visão de outro

⁵⁹ Na realidade, “com o golpe de 1964, é preso por 57 dias e responde, até 1966, a inquéritos policiais militares (IPMS)” (OLIVEIRA, 2021, p. 121) e, paralelamente, recordamos que todas as suas publicações foram confiscadas e retiradas de circulação.

militante histórico do PCB, Clóvis Moura, “os níveis de dominação e subordinação quase não se modificaram durante praticamente quinhentos anos. A dinâmica social que produz a mudança depende de um conjunto de causas que nada têm a ver com o nível e extensão do processo aculturativo” (MOURA, 2019, p. 76-77), em outras palavras, do ponto de vista histórico-estrutural, os teóricos marxistas acreditam que essas transformações sociais dependem do sistema de propriedade e/ou das relações de produção.

Em seguida, durante o segundo tópico, a questão racial indígena foi o alvo desta investigação. Sodré (1978) avalia a discussão sob duas perspectivas: de um lado, o nacionalismo e, de outro, o indianismo. Sobre as nações e seus fenômenos, é imprescindível levar em consideração as condições econômicas, administrativas e políticas (HOBSBAWM, 2020). No contexto latino-americano, Nelson Werneck Sodré era um fiel admirador das formulações de José Carlos Mariátegui, conforme Netto (2011) e Gaio (2015). Para isso, o comunista peruano denota o seguinte: “as possibilidades de que o índio se eleve material e intelectual dependem da mudança das condições econômico-sociais. Não são determinadas pela raça, mas pela economia e pela política⁶⁰” (MARIÁTEGUI, 2022, p. 25). Pelo viés do indianismo, o texto de Sodré (1978) discorre acerca da identidade nacional que a burguesia brasileira procurou construir no século XIX. Sendo assim, naquele momento, “o projeto literário e político de toda as gerações românticas é exemplar e revelador dessa necessidade de criar representações para a nação brasileira. As ideias-força que dominam as manifestações estéticas estão, de alguma maneira, ligadas ao ideal patriótico e nativista” (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 73), objetivando a valorização do índio e, portanto, de um passado heroico.

Na última subdivisão do terceiro capítulo, o nosso objetivo era mostrar como Sodré (1978) entendia a dominação racial exercida pela população branca. Para tanto, o autor desaprova completamente a romantização da miscigenação e a suposta democracia racial brasileira. A respeito da imigração, ele pressupõe que os negros recém libertos não estavam completamente aptos ao trabalho assalariado, diferentemente dos brancos estrangeiros. Entretanto, durante o período colonial, o texto de Sodré (1978) denuncia os elementos da transplantação cultural, visto que:

Foi somente a partir do desenvolvimento da atividade mineradora que começam a aparecer elementos da intelectualidade desligados dos religiosos, sendo recrutados

⁶⁰ Dessa maneira, ambos alegam que a raça por si só, não despertou e nem despertará uma ideia realmente emancipadora.

para desenvolver funções políticas no aparelhamento do Estado a ser organizado. Este movimento dá início à formação dos bacharéis que constituirão aos poucos a nossa classe dirigente. Porém, Sodré questiona a capacidade do elemento branco – ocupante da mais alta posição na escala social – constituído pelo colonizador português que compunha a classe dos proprietários em promover o desenvolvimento intelectual do país, pois eram profundamente dependentes econômica e culturalmente do exterior. Essa dependência origina o fenômeno da transplantação cultural, problema com o qual lidamos desde a independência quando nos deparamos com a necessidade de construção de uma nação independente (SILVA, 2019, p. 120).

Para Sodré (1978), os brancos eram os principais responsáveis pela (re)produção da chamada “ideologia do colonialismo”, seja no período colonial, seja na fase republicana. Desmascarando a ideologia racial dominante, Nelson Werneck Sodré compreende que determinados intelectuais – como Oliveira Viana e Gilberto Freyre, a título de exemplo – acabaram intensificando a discriminação racial contra negros e mulatos, consciente ou inconscientemente. Em síntese, todas essas indicações delineiam que “o atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente” (FERNANDES, 2021, p. 287) e, por conseguinte, o desfecho da hierarquização racial e social.

Por último, em *Introdução à revolução brasileira* (1958), Nelson Werneck Sodré questiona variados fatores que ainda estão presentes no Brasil de hoje, como o racismo estrutural, os arranjos do privilégio branco e a eliminação sistemática dos povos originários. Com isso, a autenticidade da revolução brasileira deve abarcar, precisamente, “[...] a valorização do negro e de sua contribuição nos cruzamentos, pela reposição em termos de realidade do formidável e algumas vezes secular esforço efetivado pelo negro e seus descendentes, puros ou misturados, na formação, no desenvolvimento e da libertação do Brasil” (SODRÉ, 1978, p. 161). No entanto, o trabalho de Sodré (1978) está amarrado aos dogmas teóricos do PCB – sobretudo com a prevalência dos problemas de classe sobre os problemas raciais (CHADAREVIAN, 2012).

Sobre os caminhos abertos para novas pesquisas, é importante apontar a lacuna deixada por Sodré (1978) nas questões relativas à condição da mulher⁶¹. É, portanto, a partir da superação das desigualdades de gênero, raça e classe que o marxismo precisa contemplar a formação social brasileiro e, *a posteriori*, o processo revolucionário, tendo em mente as variadas particularidades nacionais existentes.

⁶¹ O mesmo ocorre em relação às pessoas miscigenadas, por exemplo. Na prática, o capítulo “Evolução Racial” é o único segmento que aborda tal problemática, na medida em que avalia a miscigenação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE PRIMÁRIA

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 183-191.

BUONICORE, Augusto César. *Marxismo, história e revolução brasileira*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

CAMPOS, Walter de Oliveira. Expectativas em torno da Lei Afonso Arinos (1951): a “nova Abolição” ou “lei para americano ver”? *Revista Latino-Americana de História*, v. 4, n. 13, p. 257- 278, 2015.

CANNONE, Helio Maurício Pirajá. O conceito de História na organização da História do pensamento social e político brasileiro em Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré. *Em Tese*, v. 14, n. 1, p. 99-113, 2017.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 279-308.

CHADAREVIAN, Pedro C. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 1, n. 24, p. 73-92, 2007.

CHADAREVIAN, Pedro C. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 255-283, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Trabalhadores e vadios; imigrantes e libertos: a construção dos mitos e a patologia social. In: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 64-89.

CHILCOTE, Ronald H. Ressurgimento e declínio: 1945-1972. In: CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista brasileiro: Conflito e integração: 1922-1972*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 93-162.

CONTE, Daniela. *Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil moderno (1958-1964): análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro*. Orientadora: Claudia Wasserman. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Octavio. Vida e obra de Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 17-30.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Nelson Werneck Sodré. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-98.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-41.

DEL ROIO, Marcos. Sodré e a dialética da formação social brasileira. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 42, p. 85-102, 2016.

DRESCHER, Seymour. A abolição da escravidão do Novo Mundo – a América Latina. In: DRESCHER, Seyour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 475-531.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. 1ª ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. Capítulo III: Heteronomia racial na sociedade de classes. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. p. 267-374.

FERNANDES, Florestan. Livro I – A tecnologia guerreira. In: FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 4ª ed, São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 53-81.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Nelson Werneck Sodré: a visão autocrítica. In: FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004. p. 399-416.

FOUCAULT, Michel. Os recursos para o bom adestramento. In: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 167-189.

GAIO, André Moyses. *Uma interpretação do Brasil: a obra de Nelson Werneck Sodré*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

GORENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 7-39, 1983.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. Nelson Werneck Sodré, intelectual engajado. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 195-208.

HIPPOLITO, Regina. Enfoques de uma vida militante. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 197-214.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 9-25.

KLEIN, Herbert S. Demografia da escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 193-203.

KOSELLECK, Reinhart. Primeira parte: Sobre a teoria e o método da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. *História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 15-111.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Sobre o direito das nações à autodeterminação. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Obras escolhidas de Lenine, vol. 1*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986. p. 509-556.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *A questão racial na América Latina*. 1ª ed. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2022.

MARTINS, Túlio Marco; DE SOUZA, Rita de Cássia Martins. A unidade nacional brasileira: o Estado, as “elites” e a questão racial em Nelson Werneck Sodré. *Revista Territorial*, v. 9, n. 1, p. 115-141, 2020.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Coleção obras escolhidas de Marx/Engels*, vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985. p. 208-210.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. Quilombos e guerrilhas. In: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 6ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020. p. 157-218.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 161-228.

MONSMA, Karl Martin. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª ed, São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, José Paulo. *Nelson Werneck Sodré: o general da história e da cultura*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Eder Renato de. Nelson Werneck Sodré: um historiador militar no Iseb e a gênese da teoria da revolução brasileira. *Princípios*, São Paulo, v. 40, n. 162, p. 115-138, 2021.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 24, n. 68, p. 335-361, 2010.

PINTO, João Alberto Costa. O percurso intelectual de Nelson Werneck Sodré, historiador do Brasil: 1911-1999. *Revista de Historia Actual*, Cádiz, v. 9, n. 9, p. 169-180, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

REIS, José Carlos. Nelson Werneck Sodré: o sonho da emancipação e da autonomia nacionais. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 145-172.

RIDENTI, Marcelo. A constelação da esquerda brasileira nos anos 1960 e 1970. In: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 27-31.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Capítulo 13: A questão racial no Partido Comunista (1922-1943). In: SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). *História do PCB*. 1ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022. p. 241-264.

RODNEY, Walter. A contribuição da África ao desenvolvimento capitalista da Europa – até 1885. In: RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 172-232.

SANTOS, Raimundo. A síntese dos debates. In: SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. p. 179-224.

SANTOS, Rosenverck Estrela. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 34, p. 100-113, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SEGATTO, José Antonio. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 123-134.

SEGATTO, José Antonio. Introdução à revolução brasileira. In: SILVA, Marcos. (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 218-222.

SILVA, Rosângela. Como ler “Introdução à Revolução Brasileira” de Nelson Werneck Sodré? Textualismo, contextualismo linguístico e contextualismo social. *Tempo da Ciência*, [S. l.], v. 26, n. 52, p. 113–132, 2020.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SLENES, Robert W. Fachadas e fogos: estratégias doméstica e projetos de vida. In: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 183-202.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 6ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001. p. 41-54.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

WILLIAMS, Eric. O desenvolvimento do tráfico de escravos. In: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 63-88.

WOOD, Neal. The social History of political theory. *Political Theory*, v. 6, n. 3, 1978.